



o futuro
está na

escola

Tratem bem os que já estão

QUEREMOS
CONDIÇÕES PARA
TRABALHAR

SER DEFICIENTE
TER INCAPACIDADE
NÃO É UMA FÉRMULA LEGAL
VALIDADA EM TERMO

EXIGIMOS A
ALTERAÇÃO DO
DL 41/2022!

JUSTIÇA
INCLUIÇÃO
INTEGRIDADE
RESPONSABILIDADE

QUEREMOS
CONDIÇÕES PARA
TRABALHAR

EDITORIAL**P.3** VAMOS CONTINUAR COM PROPOSTAS E AÇÕES, SEM BAIXAR OS BRAÇOS**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.6** CONCENTRAÇÃO POR ALTERAÇÃO DO DL DA MOBILIDADE POR DOENÇA DEU DOIS GANHOS À FNE**P.7** REUNIÃO COM ME: "HABILITAÇÕES PRÓPRIAS DEVEM SER TRANSITÓRIAS E COM APOSTA NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA" – FNE**P.8** FNE ASSINOU COM ME ACORDO PARA VINCULAÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO ARTÍSTICO**P.9 À P.12** CONSULTA NACIONAL DA FNE DE JULHO DE 2023 BUROCRACIA E EXCESSO DE TRABALHO SÃO AS MAIORES QUEIXAS DOS PROFESSORES**P.13 À P.16** FNE FAZ BALANÇO NEGATIVO DO ANO LETIVO 2022-23 E ANUNCIA INICIATIVAS JÁ PARA O INÍCIO DE SETEMBRO**P.17 À P.19** SN E CG DA FNE REUNIRAM NO LUSO PARA BALANÇO DO ANO LETIVO**P.20** CONTRA-ENTREVISTA DE PEDRO BARREIROS**P.21** NOVE SINDICATOS EM CONVERGÊNCIA ANUNCIARAM INICIATIVAS PARA NOVO ANO LETIVO**P.22, P.23** FNE E CNEF CHEGAM A ACORDO DE REVISÃO DO CCT PARA O ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO E ESCOLAS PROFISSIONAIS DO SETOR PRIVADO**P.24** JOSEFA LOPES REELEITA PRESIDENTE DO SDPSUL**P.25** FNE NA AR E EM REUNIÃO COM MCTES | FNE REUNIU COM CCISP**WEBINÁRIO****P.26 À P.28** MÁRIO MACEDO: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NUNCA SUBSTITUIRÁ O PROFESSOR**TEM A PALAVRA****P.29** OS CAMINHOS DO SINDICALISMO NO FUTURO. ÂNGELO ALVES | SPZN**P.30** PRECISA-SE DE JUVENTUDE NA SALA DE PROFESSORES! CARLA MACHADO | SPZN**P.31** SOBRE A EDUCAÇÃO... DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS? FÁTIMA CARVALHO | SPZC**P.32, P.33** QUE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO TEMOS? ISABEL ARRIBANÇA | SPZC**NÃO DOCENTES****P.34, P.35** A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS: O PAPEL FUNDAMENTAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO**INTERNACIONAL****P.36, P.37** FNE EM WASHINGTON NA CIMEIRA INTERNACIONAL DA PROFISSÃO DOCENTE 2023**P.38 À P.42** FNE NA REUNIÃO DO TUAC EM PARIS**P.43, P.44** NOVA RECOMENDAÇÃO DA OIT SOBRE QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS**P.45 À P.48** FNE NO 10º ANIVERSÁRIO DA ALIANÇA EUROPEIA DAS APRENDIZAGENS**P.49 À P.51** 9º CONGRESSO DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO: FACILITAR O CAMINHO PARA BUENOS AIRES 2024**SAÚDE****P.52, P.53** REVISÃO DA DIRETIVA EUROPEIA CONTRA O AMIANTO**LEGISLAÇÃO****P.54** MOBILIDADE POR DOENÇA: A LUTA POR UM DIREITO FUNDAMENTAL**+VANTAGENS FNE****P.55** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA****JULHO 2023****proprietário**
Federação Nacional da Educação**diretor**
Pedro Barreiros**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Adosinda Leitão e Cristina Maia**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**
Mário Jorge**redação**
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**
Rafael Marques

Vamos continuar com propostas e ações, sem baixar os braços

Estamos a chegar ao final de mais um ano letivo que fica marcado por uma forte e diversificada atividade sindical, desenvolvida pela FNE na defesa da educação e dos seus profissionais.

Pelo meio, decorreu o XIII Congresso da FNE, onde foram eleitos os seus novos dirigentes, liderados por um novo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, que sucedeu a João Dias da Silva. Aproveitou-se o Plano de Ação para os próximos quatro anos, onde se reitera a nossa matriz de propositura, que prioriza uma postura negocial, que permita encontrar as soluções necessárias para o sistema educativo e para os legítimos anseios dos profissionais da educação.

A FNE elegeu como principal prioridade a concretização de um conjunto de medidas que dignifiquem os Docentes e a sua Carreira, tornando-a atrativa, de modo a poder inverter o gravíssimo problema de falta de professores, que se agrava de ano para ano e ao qual o Ministério da Educação (ME) ainda não atribuiu a devida importância.

Por agora o ME limitou-se a baixar a exigência nas habilitações próprias para a docência, o que não é bom para a qualidade do ensino. Sabemos que o número dos que lecionam sem habilitações profissionais, que deveria ser meramente residual, tem vindo a aumentar. Neste ano letivo eram cerca de 2.800, ou seja, 10% do total dos professores contratados, número que previsivelmente vai continuar a aumentar nos próximos anos.

Perante esta realidade a FNE continua a defender que o caminho que deve ser seguido pelo ME é o da verdadeira valorização da Educação e dos seus Profissionais.

Um primeiro sinal importante do ME para este desiderato seria, pelo menos e para já, repor a equiparação do topo da Carreira Docente à da Carreira Técnica Superior da Função Pública, conseguida em 1986 pela FNE e que se perdeu em janeiro passado.

Mas outros sinais têm de ser dados pela tutela, como a recuperação do tempo de serviço perdido, uma carreira que permita a todos aspirar ao topo, entre muitos outros, dando a devida importância a todos quantos trabalham e se entregam diariamente nas escolas, empenhando-se em contribuir para uma educação de qualidade na formação dos nossos jovens, que são o garante do futuro que se deseja de sucesso para o nosso país.

No próximo ano escolar continuaremos, com todo o nosso empenho e deitando mãos a todas as formas de ação sindical que forem consideradas necessárias, a trabalhar e agir para concretizar as justas e legítimas aspirações de uma classe que merece ser valorizada por todos.

Da nossa parte podem continuar a esperar **PROPOSTAS E AÇÕES, SEM BAIXAR OS BRAÇOS.**



Manuel Teodósio Henriques
Presidente do SPZC



Concentração por alteração do DL da Mobilidade por Doença deu dois ganhos à FNE

A FNE promoveu na tarde de 21 de julho, em frente ao Ministério da Educação (ME), uma concentração de Professores, Educadores e dirigentes sindicais, exigindo a revisão urgente das alterações efetuadas pelo Ministério da Educação (ME) ao diploma que estabelece o regime especial da Mobilidade por Doença (MpD), Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho.

As cerca de duas centenas de professores e dirigentes presentes aprovaram ainda uma resolução que visa a instauração de um regime justo e com regras claras da MpD e a consequente alteração do DL 41/2022 e que foi posteriormente entregue no Ministério da Educação (ME) pelas 16h30.

O chefe de gabinete do Ministro da Educação, Jorge Morais, e a subdiretora-geral da Administração Escolar, Joana Gião, receberam a FNE no momento em que foram lançados os resultados que mostraram que cerca de 4.000 professores vão conseguir mudar de escola ao abrigo do regime de mobilidade por doença.

O balanço dos resultados do procedimento para mobilidade por doença para o ano letivo 2023/2024 foi feito a uma delegação da FNE, recebida pelo chefe de gabinete do Ministro da Educação, enquanto na rua dezenas de docentes se concentravam em protesto contra o regime em vigor.

Deste encontro, que se prolongou por mais de uma hora, resultaram duas garantias significativas e consideradas pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros "como muito positivas. O ME vai abrir, o mais rapidamente possível, um processo de avaliação da identificação da eficácia das medidas e quer isto dizer que o ME está a fazer um apanhado de tudo o que são os dados comparativos do ano anterior e deste ano para perceber o que acontece a cada um dos candidatos e vai também - e é uma conquista nossa de hoje - vai finalmente haver a alteração da capacidade da alteração de acolhimento acabando de deixar de ser por grupos disciplinares".

Pedro Barreiros acrescentou ainda que “São aspetos que nos parecem positivos. Agora temos um trabalho acrescido de apresentar ao Ministério da Educação propostas concretas que visem melhorar este diploma”, sublinhou.

De acordo com os resultados entretanto publicados na página da Direção-Geral da Administração Escolar, 6.358 docentes requereram a mobilidade e dos 6.000 admitidos, só 4.107 ficaram colocados, o equivalente a 64,6%.

Os restantes 358 que não foram admitidos, poderiam fazer o aperfeiçoamento do procedimento a partir de 24 de julho.

O regime de mobilidade, que permite aos professores mudar de escola por motivo de doença, foi alterado no ano passado e passou a reger-se por um conjunto de novos critérios que, por exemplo, limitam a colocação dos docentes à capacidade de acolhimento das escolas.

Por outro lado, tornaram obrigatória a componente letiva, e definem uma distância mínima entre a escola de origem, a residência ou prestador de cuidados médicos e a escola para a qual o docente pede transferência. O objetivo, justificou na altura a tutela, era evitar situações de recurso abusivo à mobilidade por doença.

As novas regras impediram, no entanto, a transferência de vários professores e no ano letivo passado só 4.268 dos 7.547 pedidos de mobilidade foram aceites, o equivalente a 56%. Comparativamente ao anterior, quando cerca de 8.800 docentes tinham mudado de escola por motivo de doença, o número de professores em mobilidade caiu para menos de metade.

Com menos pedidos feitos este ano, o número de colocações pouco ultrapassou as quatro mil, deixando mais de metade das 9.044 vagas por ocupar.

Anabela Fernandes, professora numa escola em Marco de Canaveses, é um dos muitos casos a quem foi negada mobilidade e falou aos meios de comunicação no local. Reunia todas as condições para ser transferida para a escola mais próxima da sua residência, em Bragança, mas não havia vaga para a receber.

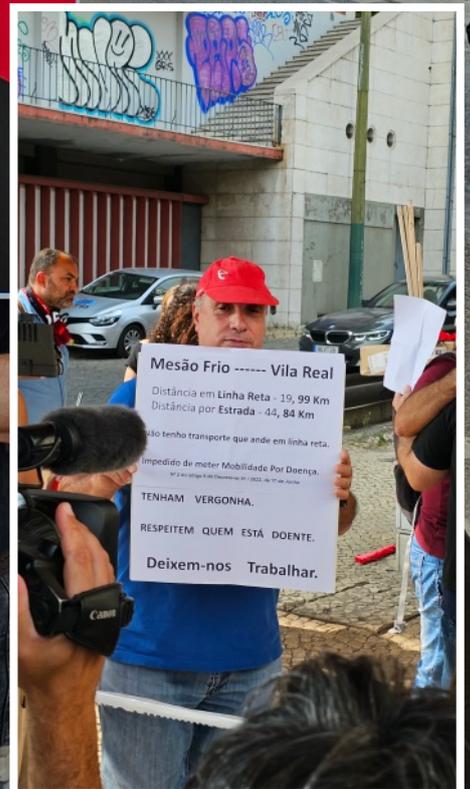
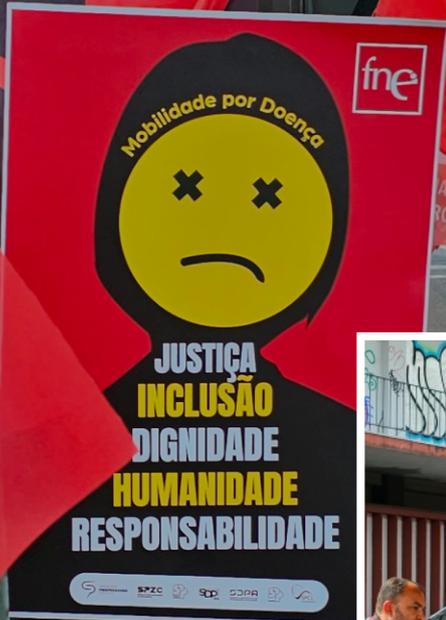
"Quero trabalhar, porque apesar da minha condição eu consigo ser útil e este ministério não me deixa", lamentou a docente, recordando que durante o ano letivo não conseguiu dar aulas e temendo que a situação se repita no próximo.

Pouco depois de ter falado à comunicação social, Anabela recebeu a notícia de que, desta vez, o seu pedido de mobilidade tinha sido aceite, mas o resultado não foi tão positivo para alguns dos colegas que também estavam na concentração.

A fechar, o SG da FNE reforçou que "podíamos estar aqui hoje sem conquistas, mas provou-se que a luta vale a pena, mas vale a pena quando é feita com responsabilidade, proposta e ação que não termina hoje: Vamos ser envolvidos num processo negocial que não nos vamos cansar de informar o ME e relembrar do que foi hoje assumido porque queremos apresentar as nossas propostas que hoje foram em forma de resolução, mas que a seguir terão de ser em documento que vá ao encontro específico do que é o articulado e do que queremos que seja o próximo DL da Mobilidade por Doença", rematou.

De acordo com os resultados entretanto publicados na página da Direção-Geral da Administração Escolar, 6.358 docentes requereram a mobilidade e dos 6.000 admitidos, só 4.107 ficaram colocados, o equivalente a 64,6%.





www.fne.pt

CONFIA

THIS COULD BE YOUR NEW OFFICE
savills
21 313 9000

Reunião com ME: "Habilitações próprias devem ser transitórias e com aposta na formação pedagógica" – FNE

O secretário-geral da FNE defendeu à saída da reunião de 14 de julho com o Ministério da Educação (ME) que a possibilidade de dar aulas apenas com habilitações próprias seja uma medida transitória e que implique uma “aposta séria na formação contínua”.

“É verdade que não queremos alunos sem professores, mas queremos os nossos alunos com os professores mais qualificados possível”, disse Pedro Barreiros em declarações aos jornalistas à saída do encontro.

A FNE foi a primeira organização sindical a reunir-se com a tutela e na agenda estavam apenas dois tópicos: A vinculação dos docentes de artes visuais e audiovisuais das escolas artísticas António Arroio, em Lisboa e Soares dos Reis, no Porto e os requisitos para a habilitação própria para a docência.

No ano passado, o Ministério da Educação alargou as chamadas habilitações próprias, que pressupõem apenas a licenciatura, aos titulares de cursos pós-Bolonha, sendo que, nessa condição, só podem ser contratados pelas escolas quando já não houver candidatos com habilitação profissional.

A medida seria provisória, para responder à falta de professores, mas o Governo pretende agora definir em decreto-lei esses requisitos mínimos de formação científica.

“Queremos que esta medida seja de caráter pontual, excecional e não se transforme em regra”, afirmou o dirigente da FNE, que participou hoje na primeira reunião com o ministério enquanto secretário-geral, depois de ter sido eleito em maio.

Sublinhando que a medida “corre o risco de ser vista como desvalorização da carreira docente”, Pedro Barreiros defendeu a adoção de outros mecanismos que, por outro lado, contribuam para a valorização da carreira.



Em concreto, a FNE propõe uma “aposta séria na formação contínua” dos professores com habilitações próprias, com um mínimo de 40 horas de formação anuais, à semelhança do que está previsto no Código do Trabalho.

Por outro lado, pedem que a carreira docente volte a ser equiparada às carreiras dos quadros técnicos da Administração Pública.

Quanto à vinculação extraordinária dos docentes do ensino artístico especializado, o dirigente máximo da FNE concorda que é positiva.

Pedro Barreiros, da FNE, levantou, ainda assim, algumas preocupações, defendendo a necessidade de criar um grupo disciplinar para aqueles professores, índices remuneratórios iguais e o enquadramento do concurso no novo mecanismo de vinculação dinâmica.

Pedro Barreiros defendeu a adoção de outros mecanismos que, por outro lado, contribuam para a valorização da carreira.



FNE assinou com ME acordo para vinculação dos docentes do ensino artístico

A FNE e o Ministério da Educação (ME) assinaram na manhã de 28 de julho um acordo para a vinculação dos professores de artes visuais e audiovisuais das escolas artísticas, mas sem consenso quanto aos requisitos das habilitações próprias.

Estes eram os dois temas na agenda das reuniões que o Ministério da Educação vai realizar ao longo do dia com as organizações sindicais do setor e quanto a um deles foi possível alcançar um acordo.

“Temos um acordo celebrado com o Ministério da Educação no âmbito da alteração ao regime de seleção e recrutamento dos docentes do ensino artístico especializado e que diz muito respeito ao combate à precariedade dos docentes das escolas artísticas Soares dos Reis (no Porto) e António Arroio (em Lisboa)”, anunciou o secretário-geral da Federação Nacional da Educação (FNE).

De acordo com Pedro Barreiros, o Governo acolheu algumas das sugestões da Federação, assegurando, por exemplo, que os professores de artes visuais e audiovisuais daquelas escolas também beneficiarão do novo mecanismo de vinculação dinâmica, que permite que os professores sejam integrados nos quadros à medida que acumulem o equivalente a três anos de serviço.

Por outro lado, a FNE não aceitou a proposta referente à revisão dos requisitos para a habilita-

ção própria para a docência e apresentou à tutela seis medidas que quer ver contempladas no diploma.

Depois de, no ano passado, ter alargado aos cursos pós-Bolonha as habilitações próprias, que permitem dar aulas apenas com licenciatura, sem ter um mestrado em ensino necessário para a profissionalização, o Governo pretende agora tornar permanente essa alteração e rever os requisitos para algumas disciplinas.

No entanto, a FNE só está disponível para assinar um acordo sobre essa matéria se for assegurado um plano de formação contínua, condições especiais de acesso à profissionalização, o acompanhamento por professores dos quadros e a redução da carga letiva para esses docentes, e a equiparação do topo da carreira docente à dos técnicos superiores da Administração Pública.

“Vamos aguardar a resposta do Ministério da Educação”, sublinhou o dirigente da FNE.

De acordo com Pedro Barreiros, o Governo acolheu algumas das sugestões da Federação.



CONSULTA NACIONAL



Apreciação das Condições de Trabalho Docente no ano letivo 2022/2023

Realizada a:  30 de junho a 7 de julho



RESULTADOS



Consulta Nacional da FNE de julho de 2023

Burocracia e excesso de trabalho são as maiores queixas dos professores

O excesso de trabalho e a carga burocrática foram novamente consideradas as principais preocupações dos educadores e professores portugueses, na Consulta Nacional online que a FNE realizou entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 2023 e que obteve o recorde de 3.482 respostas. Quanto ao maior problema a que tiveram que responder no ano letivo de 2022-2023, a resposta escolhida por um elevado número de profissionais foi a quantidade de trabalho administrativo, seguido da conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar. À pergunta sobre qual deveria ser a maior prioridade de investimento do Governo, as escolhas foram claras: no reforço do pessoal docente e de apoio educativo das escolas.

A Federação Nacional da Educação (FNE) promoveu, entre 30 de junho e 7 de julho de 2023, uma Consulta Nacional online, destinada a todos os Educadores e Professores do Continente e Regiões Autónomas, com o objetivo de conhecer a sua avaliação sobre as Condições de Trabalho do ano letivo que está agora a terminar. Desta forma, a FNE repetiu iniciativa idêntica lançada no final do ano letivo de 2020/2021, quando procurou saber em que condições tinha decorrido o regresso ao ensino presencial, assim como no final de 2021/2022, para avaliar as condições desse período.

Registaram-se este ano 3.482 respostas, o que significou um crescimento de 30,0% em relação à consulta idêntica realizada no final do passado ano letivo, que obteve 2.668 respostas. O crescimento é ainda maior em relação à consulta de 2020/2021, com 1.208 respostas.

A presente consulta apreciou as dimensões “Bem-estar e Desenvolvimento profissional”, “Condições para o processo Ensino-Aprendizagem”, “Apoio a alunos refugiados/imigrantes”, “Condições de trabalho” e “Formação Contínua” (semelhantes às do ano transato) e em substituição da dimensão “Transferência de Competências para as Autarquias” a FNE optou pela dimensão sobre “Administração e Gestão das Escolas”.

A Consulta Nacional de 2023 procurou estabelecer um paralelismo com questões tratadas nas consultas anteriores, embora nalguns casos as formulações das perguntas não tenham coincidido exatamente. Deste modo, acentuar-se-á a comparação apenas nas circunstâncias em que se identifica uma maior proximidade das perguntas apresentadas.

Registaram-se este ano 3.482 respostas, o que significou um crescimento de 30,0% em relação à consulta idêntica realizada no final do passado ano letivo, que obteve 2.668 respostas.

No âmbito da caracterização, a maioria dos respondentes trabalha na zona norte (40,9%), seguindo-se, por ordem decrescente, os da zona de Lisboa e Vale do Tejo (23,4%), da zona Centro (20,3%), das zonas do Alentejo e do Algarve (12,2%), pertencendo os restantes 3,2% às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O Nível de ensino em que trabalha a maioria dos respondentes é no 3º ciclo e no ensino secundário (28,8%), seguindo-se (25,2%) os que trabalham nos 2º e 3º ciclos; os do 1º ciclo correspondem a 20,9%; 11,6% integram-se no ensino secundário; correspondendo 7,8% aos Educadores de Infância e 5,7% a docentes de Educação Especial, com a maioria (97,2%) a trabalhar no setor público e com nova maioria de mulheres (77,0%) e 22,5% de homens.

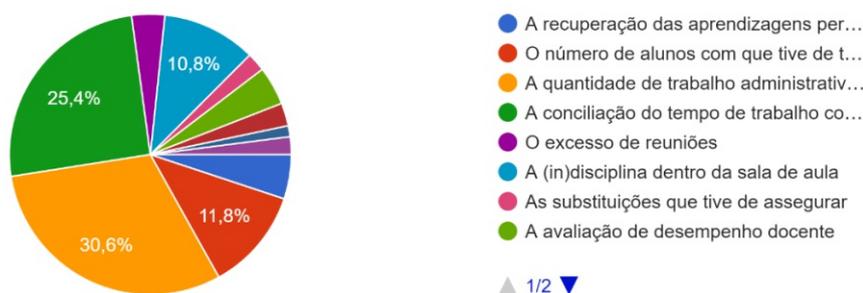
Relativamente à idade, 46,2% dos respondentes situam-se entre os 50 e os 59 anos e 32,6% entre os 40 e os 49 anos; 16,9% têm mais de 60 anos. Relativamente a anos de serviço 42,8% têm entre 21 a 30 anos de serviço, 21,7% situam-se entre os 31 e 35 anos e 14,7% têm mais de 36 anos. 74,7% dos respondentes são sindicalizados e 56,2% afirmam serem sindicalizados em sindicatos da FNE.

DIMINUIR A BUROCRACIA É URGENTE

Sobre o maior problema que teve de enfrentar no ano letivo que está a terminar, é muito significativo o número dos que escolhem a quantidade de trabalho administrativo (30,6%), havendo depois 25,4% que assinalam como maior problema a conciliação do tempo de trabalho com o tempo pessoal e familiar. É de 11,8% a percentagem dos que referem como maior problema o número de alunos com que teve de trabalhar e é de 10,8% a percentagem dos que referem a (in)disciplina na sala de aula.

8 - No ano letivo que agora está a terminar, qual foi o problema maior que teve de enfrentar?

3 482 respostas



No questionário deste ano, introduziu-se uma questão nova sobre o que gostaria de fazer nos próximos cinco anos e 45,1% afirma que deseja continuar a dar aulas, por se tratar daquilo de que gosta. Apenas 14,5% afirma que deseja aposentar-se, ainda que antecipadamente, e 12,7% deseja aposentar-se dentro dos próximos cinco anos.

Repetiu-se este ano a questão da qualidade da relação das Famílias com os Docentes, tendo 44,2% afirmado que ficou na mesma, mas 42,9% revela que piorou e piorou muito.

Esta consulta solicitava também que os respondentes assinalassem o seu nível de preocupação em relação à progressão na carreira e é muito significativo o número dos que se dizem extremamente preocupados, seja em função do nível de ensino, seja em função da idade, seja em função do tempo de serviço. Este nível de preocupação é acentuado em dois grupos de tempo de serviço: no grupo dos 21 a 30 anos e no dos 31 aos 35.

A maioria dos participantes (77,7%) assinala que nas suas escolas foram estabelecidos planos de recuperação das aprendizagens, sendo de assinalar que 10% afirma que nas suas escolas esses planos não foram estabelecidos. Aqui também os resultados são coincidentes com os da consulta de 2022.

Sobre o maior problema que teve de enfrentar no ano letivo que está a terminar, é muito significativo o número dos que escolhem a quantidade de trabalho administrativo (30,6%).

Cresce este ano, no entanto, a percentagem dos que afirmam que a escola não teve acesso a todos os recursos de que precisou para concretizar os seus planos de recuperação: são 41,6% este ano, contra os 36,2% do ano passado.

É muito clara a maioria (55,3%) que afirma que não teve acesso aos apoios de que precisou para o trabalho que desenvolveu com os seus alunos, o que confirma idênticos valores obtidos na consulta do ano passado. Em ambos os casos, os valores pioraram em relação à consulta de 2020/2021, em que 36,6% tinha afirmado não ter tido acesso a esses apoios.

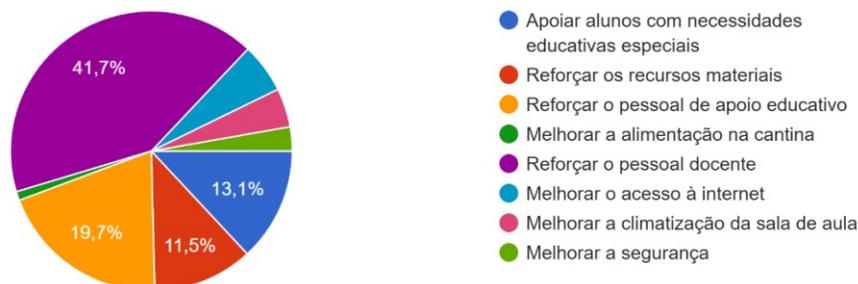
Os efeitos negativos da insuficiência de professores para os alunos foram assinalados por uma significativa maioria de 57,2%, ainda mais forte do que no ano passado, que tinha sido de 51,6%.

REFORÇAR DOCENTES E PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

Como novidade, o questionário deste ano incluía uma pergunta sobre qual seria a maior prioridade se o Governo quisesse investir mais em Educação. As escolhas foram claras na escolha da necessidade do reforço de profissionais da educação, quer docentes, quer de pessoal de apoio educativo.

16 - Se o Governo investisse mais em Educação, qual seria para si a maior prioridade de investimento na sua escola?

3 482 respostas

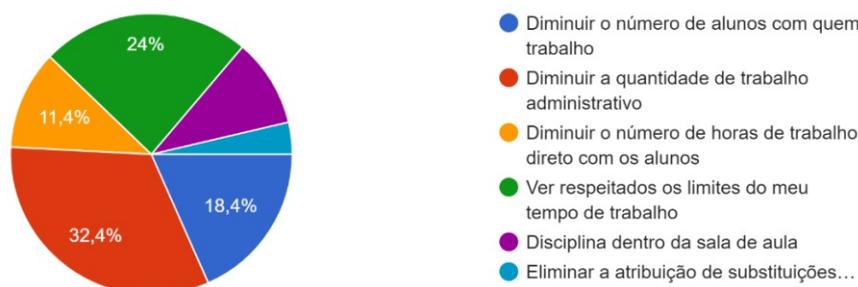


83,1% dos participantes confirmam que nas suas escolas há alunos refugiados/imigrantes e, na sua maioria, classificam positivamente o apoio dado a esses alunos (53,5%). Na consulta do ano passado, apenas 66,2% tinham assinalado que nas suas escolas haveria alunos refugiados/imigrantes.

32,4% dos respondentes assinalam que a mudança mais desejada a ocorrer nas suas escolas seja a diminuição da quantidade de trabalho administrativo, a que se somam os 24,0% que escolhem a opção "Ver respeitados os limites do meu tempo de trabalho". Por seu lado, 11,4% desejam a diminuição do número de horas de trabalho direto com os alunos e 18,4% preferem assinalar a necessidade de se diminuir o número de alunos com quem trabalham.

19 - Qual é a mudança que mais deseja que ocorra na sua escola?

3 482 respostas



83,1% dos participantes confirmam que nas suas escolas há alunos refugiados/imigrantes e, na sua maioria, classificam positivamente o apoio dado a esses alunos (53,5%).

Em relação ao funcionamento da componente não letiva de estabelecimento, 45,9% consideram-na adequada, embora sejam maioritários (54,1%) os que afirmam que é pouco ou nada adequada.

Mais uma vez é significativa este ano (88,5%) a percentagem dos que afirmam que tiveram acesso a formação contínua. Tinha sido de 88,2% em 2021/2022. É de salientar o número de respondentes que afirma que a formação contínua que frequentou serviu para melhorar o seu desempenho profissional – 56,8%. Volta a ser significativo – 68,0% - o número dos que tiveram de pagar para frequentar ações de formação contínua.

PROFESSORES DE COSTAS VOLTADAS PARA O CONSELHO GERAL

A dimensão da Administração e Gestão das Escolas foi uma novidade na consulta deste ano e permite-nos uma primeira abordagem a esta área do sistema educativo. É muito significativo o número dos que não concordam com o atual modelo de administração e gestão das escolas - 69,0%. É de idêntica dimensão os que preferem um órgão de gestão colegial, em vez de unipessoal - 66,3%.

Não se pode deixar de assinalar a percentagem dos que afirmam não ter opinião sobre esta matéria (27,9%), sendo que é claramente negativa a apreciação da intervenção do Conselho Geral para a gestão das escolas. Na realidade, 57,0% avalia negativamente a utilidade desse órgão, sendo também maioritária a afirmação de que a composição do Conselho Geral não é adequada (56,3%).

www.fne.pt

CONSULTA NACIONAL
Apreciação das Condições de Trabalho Docente no ano letivo 2022/2023

30 de junho a 7 de julho

fne

Clique na imagem para aceder ao PDF completo do relatório



É muito significativo o número dos que não concordam com o atual modelo de administração e gestão as escolas: 69,0%



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
Porto | 21 julho 2023

fne

SPZC SPP COPA

fne

FEDERAÇÃO NACIONAL DA

www.fne.pt



FNE faz balanço negativo do ano letivo 2022-23 e anuncia iniciativas já para o início de setembro

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, previu, em Conferência de Imprensa realizada no Porto a 31 de julho, um arranque do novo ano letivo com "repetição de problemas" nas escolas, à semelhança dos vividos este ano, atribuindo as culpas à incapacidade do Governo para resolver problemas.

"Espera-se um início do próximo ano com repetição de problemas, insuficiências e fragilidades há muito identificadas pela FNE, porque o Ministério da Educação e o Governo, em geral, foram incapazes, a tempo e horas, em diálogo e concertação, definir políticas concretas com respostas e soluções", considerou Pedro Barreiros.

O líder da FNE deu como exemplo "a inflexibilidade demonstrada ao não querer assumir processos negociais de matérias que visem a valorização das carreiras", tornando pública a sua preocupação "com a indisponibilidade negocial do Governo" e apelando a um processo que "permita, antes do arranque do próximo ano letivo, a pacificação das escolas e dos seus profissionais" através de "medidas de valorização da carreira docente" e do "combate à falta de professores".

Pedro Barreiros mostrou ainda abertura para se reunir com o Governo no decorrer do mês de agosto, durante uma conferência de imprensa que também serviu para fazer um balanço do ano letivo 2022/2023, que hoje termina oficialmente.

Pedro Barreiros: «Espera-se um início do próximo ano com repetição de problemas, insuficiências e fragilidades há muito identificadas pela FNE»

"Este ano letivo ficou marcado pelo agravamento das condições de funcionamento das escolas, onde ao problema da falta de professores, se juntou a perturbação das comunidades educativas, pela indisponibilidade do Governo e do Ministério da Educação, em garantir melhores condições de trabalho e valorização das carreiras dos profissionais da educação", afirmou Pedro Barreiros no auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no Porto.

Este foi um ano "em que celebrámos vários acordos ao nível particular e social que ajudaram em muito os colegas que representamos e ao nível do Pessoal de Apoio Educativo verificaram-se constrangimentos não só devido à falta de profissionais, como também à complexidade e alguma falta de transparência naquilo que foi a transferência de competências para as autarquias e soubemos já positivamente que será assumida a consolidação das mobilidades destes profissionais pelo menos até ao final deste ano civil, existindo a possibilidade de se encontrar uma solução para estes trabalhadores para os próximos anos letivos", sublinhou.

O secretário-geral da FNE assinalou ainda as dificuldades "nas condições de vida e trabalho dos profissionais da educação, tendo provocado impactos negativos, não só ao nível do processo de ensino e aprendizagem, como também ao nível da carreira, ao nível social e económico".

Questionado sobre a perturbação sentida pelos alunos e consequência para as suas aprendizagens, Pedro Barreiros disse que "ao contrário do que aquilo que foi tentado passar para a opinião pública, não teve como origem as greves dos professores".

"Se no outro prato da balança [do lado do Governo] verificarmos quantos alunos é que não tiveram professores, não em virtude das greves, mas porque o Ministério da Educação não conseguiu lá colocar nenhum professor, aí tivemos alunos que estiveram meses sem professores", argumentou.

O secretário-geral da FNE assinalou ainda as dificuldades "nas condições de vida e trabalho dos profissionais da educação".





**POR CARREIRAS
DIGNIFICADAS
E ATRATIVAS**
PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Também o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) teve nota nesta conferência com Pedro Barreiros a recordar "algo com que temos vindo a deparar que é a falta de articulação entre Ministério da Educação, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões. O que queremos fazer no âmbito da FNE é convidar estas instituições para reunir connosco e sem qualquer 'tabu' resolver os problemas dos professores no estrangeiro que têm sido tão maltratados".

Quanto a ações de luta, além das greves coordenadas com outras organizações sindicais e a instalação de cartazes em cada capital de distrito, a FNE lançará em nome próprio uma campanha intitulada "O futuro começa na escola" com vários materiais e que levará a FNE a um diálogo próximo com os professores e pessoal de apoio educativo, nas escolas pois "aquilo que era antigamente visto como uma paixão e carinho, é agora uma desilusão e queremos que os mais jovens olhem para esta profissão como um desafio interessante e uma solução para o seu futuro profissional", afirmou.

A 8 de setembro a FNE lançará a 'empreitada' do IP6-6-23 [seis anos, seis meses e 23 dias por recuperar de tempo de serviço], uma obra que "custará milhões", ironizou Pedro Barreiros. Trata-se de um cartaz a colocar, no nó do IP3 com o IC6, numa crítica às declarações do primeiro-ministro, António Costa, em 2018, onde afirmou que ao requalificar o IP3 o Governo decidia "não fazer outras evoluções nas carreiras ou nos vencimentos". Também no Dia Mundial do Professor, a 5 de outubro, "temos previstas várias iniciativas desde o hasteamento da bandeira 'Obrigado, Professor', de um concerto e de mais eventos ligados a este dia".

A conferência de imprensa serviu também para apresentar o inquérito 'online' da FNE, que revelou que a burocracia foi o maior problema sentido no último ano letivo pelos professores (págs. 9 a 12), tendo o secretário-geral dito que será feito um novo em outubro deste ano.

A 8 de setembro a FNE lançará a 'empreitada' do IP6-6-23 [seis anos, seis meses e 23 dias por recuperar de tempo de serviço], uma obra que "custará milhões", ironizou Pedro Barreiros.

SN e CG da FNE reuniram no Luso para análise do ano letivo

O Secretariado Nacional (SN) e o Conselho Geral (CG) da FNE estiveram reunidos no Luso a 14 e 15 julho para análise da situação político-sindical e preparação de iniciativas futuras.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, fez em ambas as reuniões (SN e CG) uma apreciação global dos processos negociais do ano com a tutela, passando depois para uma análise das ações a levar a cabo já em setembro próximo, a que se seguiu um debate com participação dos secretários-nacionais presentes.

Um dos temas em discussão foi ainda o desenvolvimento do estudo dos dados resultantes da Consulta Nacional a professores e educadores de balanço do corrente ano letivo, realizada recentemente pela FNE, assim como o debate e aprovação do respetivo caderno reivindicativo e ações a desenvolver.

O Secretariado Nacional debateu também questões ligadas ao ensino particular, cooperativo e social referentes aos processos negociais em curso e em que a FNE está a participar, no âmbito dos diferentes instrumentos de contratação coletiva.

Pedro Barreiros fez um balanço geral sobre os trabalhos do SN e CG, elogiando a excelência do trabalho sindical desenvolvido pelos sindicatos da Federação, reforçando que a FNE não vai desistir da exigência da recuperação integral do tempo de serviço e genericamente de todas as frentes de intervenção que forem necessárias, em defesa dos trabalhadores da educação que representa.

E foi por unanimidade que o SN decidiu realizar uma concentração de professores no dia 21 de julho, Sexta feira, pelas 15h00m, em frente ao Ministério da Educação (Av. Infante Santo, 2), em Lisboa. A FNE quer com esta iniciativa demonstrar mais uma vez a sua exigência de alteração do DL 41/2022 e desta forma alcançar circunstâncias que permitam que estes professores e educadores tenham condições para trabalhar.

Na manhã do dia 15, o recém-eleito Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, fez também junto do Conselho Geral da Federação, a análise e balanço da atividade sindical da FNE apontando ainda as baterias às iniciativas futuras que o próximo ano letivo já espera, numa reunião que contou ainda com a eleição da Comissão Disciplinar e fiscalizadora de Contas.

E foi por unanimidade que o SN decidiu realizar uma concentração de professores no dia 21 de julho, em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa.







Contra-entrevista de Pedro Barreiros

A contra-entrevista com as respostas que os professores e educadores portugueses esperavam ler!

Pedro Barreiros, SG da FNE, responde às questões colocadas pelo jornal Expresso ao Ministro da Educação, João Costa, a 30 de junho, na qual revelou ter existido um reforço da sua segurança pessoal no final de um ano letivo conflituoso e em que nunca apontou soluções ou respostas para a crise na educação.

CLIQUE NA IMAGEM PARA LER

HOJE GRÁTIS
PARA ONDE FUGIR NO
PRÓXIMO ANO
Descubra para onde pode ir
de «mochila às costas»

ASSIM NINGUÉM QUER SER
PROFESSOR(A)

JORNAL FNE
SEMPRE **GRÁTIS**

idealmente
A app imobiliária
do Ministério da
Educação

30 de junho de 2023
6623 • €0,00

Impresso 6623

www.fne.pt

24h

Secretário-Geral da FNE
com a segurança
reforçada de que os
Professores não
desistirão.

Pedro Barreiros revela em
contra-entrevista, no final de um
ano letivo conflituoso, que o
próximo será aquilo que o Ministro
da Educação e o Governo quiserem...

NOVOS INCENTIVOS PARA
PROFESSORES CONTINUAM
NA GAVETA DO MINISTRO

DEVOLUÇÃO DO
TEMPO DE SERVIÇO
É «DOSSIÉ ABERTO»

60 MIL PROFESSORES
NÃO PASSARÃO DO
8º ESCALÃO DA CARREIRA

GOVERNO NÃO
vai aceitar
pedidos
do BCE

Defesa recusa
assunção
de secretário
de Estado

POR CARREIRAS DIGNIFICADAS E ATRATIVAS
Falta de atratividade da profissão docente é a principal causa da crescente falta de professores nas escolas.

Prostituição
de luxo está
a aumentar
em Portugal

Saúde na classe
docente:

Jovens não
ambicionam
uma profissão
«doente»

DEFENDER A PROFISSÃO E
A CARREIRA DE TODOS OS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ação sindical e desafios futuros

o futuro
está na
escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO
Tratem bem os que cá estão!

fne

Nove Sindicatos em convergência anunciaram iniciativas para novo ano letivo

Os nove sindicatos em convergência, reuniram na tarde de 5 julho com o Partido Socialista (PS) na sede nacional do partido, em Lisboa.

O Secretário-Geral Adjunto do PS, João Torres, o Deputado e membro da Comissão Permanente do PS, Porfírio Silva e o membro do Secretariado Nacional, Sérgio Monte, ouviram as questões dos nove sindicatos relativamente a vários temas para as quais não têm obtido resposta da parte do Ministério da Educação sendo também referido a importância de ser retomado um espírito negociado e com responsabilidade social ao nível de várias matérias, tais como a recuperação do tempo de serviço congelado, a Mobilidade Por Doença, regime de concursos, a falta de professores, o modelo de avaliação de desempenho, as vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, a indisciplina e violência nas escolas, bem como a preocupação com o excesso do tempo de trabalho e o previsível impacto da inteligência artificial (IA) nas escolas e no processo educativo, entre outros.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PARA ANUNCIAR INICIATIVAS DE PROTESTO PARA O PRÓXIMO ANO LETIVO

Os nove sindicatos de educação em convergência promoveram uma conferência de imprensa a 7 julho em que foi feito um balanço do ano letivo 2022-23 ao nível das negociações com a tutela e de matérias que continuam à espera de resolução por parte do Ministério da Educação.

Foi ainda anunciado um plano de iniciativas a realizar no início do próximo ano letivo, em Setembro na busca por uma valorização da profissão:

- Campanha pública sobre as exigências dos Professores com faixas nas escolas, mupis nas ruas e outros tipos de divulgação.

- Logo no primeiro dia de aulas, a 12 Setembro, avançam greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva (CNLE).

- Durante o mês de Setembro os Sindicatos vão ouvir os professores nas escolas e perceber o que estes querem fazer, sendo que uma das propostas dos Sindicatos é assinalar a primeira semana de Outubro - que inclui o Dia Mundial do Professor, a 5 Outubro - com um conjunto de ações ao longo da semana que serão posteriormente divulgadas e que terminam com uma greve Nacional no dia 6 de outubro.

- novo momento após a apresentação do OE 2024 - os sindicatos vão estar atentos ao que vem do documento e se a falta de investimento na educação continuar a ser uma marca deste governo, os sindicatos podem voltar à rua para voltar a pedir à tutela respostas aos problemas da Educação.

Os nove sindicatos de educação em convergência promoveram uma conferência de imprensa a 7 julho em que foi feito um balanço do ano letivo 2022-23 ao nível das negociações com a tutela.



FNE e CNEF chegam a acordo de revisão do CCT para o ensino particular e cooperativo e escolas profissionais do setor privado



A FNE e a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) assinaram, a 25 de julho, um acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo e Escolas Profissionais.

Este acordo visou a revisão de um conjunto de matérias, entre as quais se realçam os aumentos das remunerações do pessoal docente e não docente do setor privado da educação, para vigorar, respetivamente, a partir de 1 de setembro de 2024 e 1 janeiro de 2024, podendo os estabelecimentos de ensino aplicá-las já a partir de 1 de setembro de 2023, antecipando em um ano a entrada em vigor das novas tabelas.

Em média, o acordo garante um aumento médio global dos salários no setor privado da educação de 6,58%, para o ano letivo de 2024/2026. Dentro

deste aumento global a FNE salienta o passo que foi dado na valorização dos salários nos primeiros níveis de entrada na carreira docente da Tabela A, garantindo que o nível de entrada na carreira tenha um aumento de 10%. Nos primeiros quatro níveis da carreira a FNE garantiu neste acordo que os docentes tenham um aumento médio nas suas remunerações de 6,27%.

A FNE garante, também, com este acordo uma valorização de 8,96% das remunerações do Pessoal Não Docente já a partir de janeiro de 2024, e assegurou que o aumento dos Assistentes Educativos e Assistentes Técnicos para 2025 fosse automaticamente atualizado de acordo com o valor da Remuneração Mínima Garantida em vigor nesta data refletindo-se esta atualização nos diferentes níveis de cada uma destas categorias.

A FNE garante, também, com este acordo uma valorização de 8,96% das remunerações do Pessoal Não Docente já a partir de janeiro de 2024.

Para além das novas tabelas remuneratórias a vigorar para 2024/2026, o acordo garante, também, a atribuição de um benefício único extraordinário e transitório que represente, em média, 4% da remuneração anual, podendo variar a sua modalidade, e que pode ser pago de uma só vez, ou em parcelas, até 31 de agosto de 2024. Desobrigam-se da atribuição deste benefício extraordinário, os estabelecimentos de ensino que anteciparem as novas tabelas salariais já em setembro de 2023, ou já remunerarem os seus docentes com salários em valor igual ou superior a 4%, aos determinados nas tabelas mínimas atualmente em vigor ou ainda, tenham atribuído um benefício no ano de 2022/2023 que, em média, seja de 4%.

Os estabelecimentos de ensino que estão dependentes de financiamento do Estado e este não atualize o valor do financiamento atribuído atualmente em valor, pelo menos em valor igual a 4% (como por exemplo as escolas com contrato de associação, as escolas profissionais, entre outras) o benefício único e extraordinário a atribuir aos docentes revestirá sob a forma de 9 dias de férias adicionais, no ano letivo 2023/2024, ou a antecipação de um ano na progressão para o nível seguinte da carreira.

A FNE recorda que o Ministério da Educação não atualiza o valor do financiamento turma há vários anos às escolas que continuam a prestar um serviço público de educação protocolado com o próprio Estado, com graves implicações na negociação coletiva do setor privado de educação e na melhoria das condições remuneratórias, principalmente, dos docentes destas escolas.

A FNE garantiu que, no caso da inflação média do ano de 2024 se fixar acima de 3,5%, a FNE e a CNEF realizarão novas reuniões negociais com vista à revisão das tabelas de remuneração para o ano letivo 2025/2026.

Foram, ainda, objeto de acordo, matérias como o prazo para denúncia do contrato por parte dos docentes que fica sujeita apenas ao aviso prévio de 90 dias, a eliminação do artigo 39º e respetiva Tabela C do anexo III, que previa retribuições excecionais de valor inferior à Tabela A dos docentes.

A partir de setembro próximo a FNE e a CNEF têm já agendadas reuniões com objetivo de negociar outras matérias do Contrato Coletivo de Trabalho que visam melhor as condições de trabalho nos estabelecimentos de ensino.

A FNE recorda que o Ministério da Educação não atualiza o valor do financiamento turma há vários anos às escolas que continuam a prestar um serviço público de educação protocolado com o próprio Estado.



Josefa Lopes reeleita Presidente do SDPSUL



Josefa Lopes foi reeleita para a Presidência do Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul) para novo mandato no quadriénio de 2023-2027.

A cerimónia de tomada de posse dos novos corpos sociais realizou-se em Évora, com a Presidente reeleita a começar por fazer, no discurso aos presentes, um balanço da dinâmica que o SDPSUL tem colocado e que "mostra que somos um sindicato que tem crescido no número de associados, mas o importante é retiramos a conclusão de que há uma grande satisfação por parte das pessoas optarem por aderir ao nosso sindicato e não a outro, além de se manterem connosco e assim queremos continuar. É importante para isso termos plenários e várias reuniões com os professores nas escolas por todo o Alentejo e Algarve e assim as pessoas conhecerem e reconhecerem o nosso trabalho, oferecendo também uma estrutura e apoio do melhor que podem ter".

"Somos um sindicato que tem crescido no número de associados, mas o importante é retirarmos a conclusão de que há uma grande satisfação por parte das pessoas".



Relativamente às expetativas para o futuro neste mandato, Josefa Lopes garantiu que "vamos fazer o melhor que pudermos, como temos feito até aqui e o resultado desse trabalho é que somos um Sindicato em grande crescimento e com uma taxa de sindicalização muito boa. Vamos continuar numa linha de trabalho no terreno, nas escolas, junto dos professores, que é uma atividade que continuamos prioritária. Além disso, o nosso Sindicato, ao nível do apoio ao associado, faz um trabalho que os professores e os nossos sócios consideram de excelência, realizando um atendimento personalizado e de máxima responsabilidade. As pessoas sabem isso, reconhecem o nosso trabalho e daí o nosso crescimento", sublinhou.



O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, esteve presente na cerimónia e deixou algumas palavras aos novos corpos sociais deste Sindicato filiado na FNE desde 1986, ano da sua criação, realçando que "a presença do SDPSul reforça a FNE e confere-lhe uma dimensão de representatividade que muito estimamos, na diversidade de perspetivas que é sempre uma marca da riqueza de organizações como as nossas, e no respeito que tem de caracterizar as relações entre instituições".



FNE na AR e em reunião com MCTES



José Luís Abrantes e Isabel Esteves Martins representaram a FNE na Assembleia da República para a audição sobre a precariedade de docentes no ensino superior e marcaram também presença, aí já com a presença também do Vice Secretário-Geral da FNE, José Manuel Cordeiro, num encontro com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Esta reunião que decorreu no Palácio das Laranjeiras, em Lisboa, teve como ponto único a Discussão do novo programa que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pretende lançar - o chamado FCT Tenure - e que é um mecanismo de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados para carreiras de investigação científica e docente.

A FNE reivindicou neste encontro, junto da tutela do ensino superior, o fim sistemático, abusivo e ilegal de recurso ao trabalho precário de grande maioria dos investigadores a exercer o seu trabalho em Portugal.

A FNE fez ainda ver ao MCTES que valoriza sempre o diálogo e a concertação social, na procura da adoção de uma política educativa que traga, de uma vez por todas, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos investigadores e o fim da precariedade no ensino superior.

A FNE fez ainda ver ao MCTES que valoriza sempre o diálogo e a concertação social.

FNE reuniu com CCISP



A FNE reuniu a 6 julho com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, nos Serviços Centrais do Politécnico (CCISP) de Coimbra.

Nesta reunião de trabalho, a delegação da FNE composta pelo Vice Secretários-Gerais, José Manuel Cordeiro e Manuel Teodósio e pelos Secretários-Avocados, José Luís Abrantes e Alina Sousa Vaz, apresentou ao CCISP os novos órgãos sociais da federação, eleitos no XIII Congresso de maio de 2023, em Aveiro, e as linhas do Plano de

Ação sindical da FNE para os próximos quatro anos no Ensino Superior.

Num momento de mudança nos Politécnicos com alteração do nome, a possibilidade de virem a dar cursos de Doutoramento e com alterações do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), este encontro serviu ainda para a FNE expor à Presidente do CCISP, Maria José Fernandes e ao Presidente do Politécnico de Coimbra, Jorge Conde, as preocupações mais imediatas em relação ao sistema nacional de educação e formação e apresentar a sua total disponibilidade para um diálogo social construtivo.

Para a FNE, este diálogo social é indispensável para um bom funcionamento do sistema educativo no Ensino Superior, pelo que urge dar voz e participação às organizações sindicais que representam este nível de ensino, no sentido de valorizar a negociação e a concertação social.

Para a FNE, este diálogo social é indispensável para um bom funcionamento do sistema educativo no Ensino Superior.

WEBINÁRIO

29 JUNHO 2023 | 17H00 ÀS 18H30

Inscrições: Até 21 de junho em www.fne.pt

Sócios Sindicatos FNE: 5€ | Sócios Sindicatos UGT: 10€ | Não Sócios: 20€

EDUCAÇÃO E BIG DATA:

o que existe e o que
está a mudar...



MÁRIO MACEDO
Doutorado em Gestão
de Informação
Orador



RUI MAIA
Centro de Formação
da FNE
Moderador



Rui Leandro Maia



mario

Mário Macedo: A Inteligência Artificial nunca substituirá o professor

A FNE e a AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) promoveram no dia 29 de junho de 2023 o webinar "Educação e BIG DATA: o que existe e o que está a mudar...". que contou com Mário Macedo como orador convidado, numa sessão moderada pelo Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da federação.

A chamada Big Data é cada vez mais crucial na sociedade atual. O setor da Educação não escapa a esses grandes volumes de dados, manuseados por organizações como a UNESCO, Comissão Europeia ou OCDE. Estruturados ou não estruturados, tais dados ditam diariamente decisões estratégicas, na internet e fora dela, tanto em organizações lucrativas, como em organizações sem fins lucrativos.

A big data pode ser utilizada para obter conhecimentos que melhorem decisões e políticas mais inclusivas e sustentáveis. Baseada em três V's (Volume, Velocidade e Variedade), a big data pode ser vital para a prestação de serviços de saúde, serviços sociais, financeiros ou educativos. A sua grande relevância reside na forma

como usamos os grandes dados e os combinamos com analítica de alto desempenho. Tomar decisões inteligentes baseadas em dados é hoje um grande objetivo de múltiplas organizações em todo o mundo.

Doutorado em gestão de informação, Mário Macedo assumiu logo de início a sua "paixão por dados", que considera ser "a bússola orientadora dos profissionais, para poder construir informação e conhecimento para perspetivar o futuro". O volume de dados diário é enorme, mas nem todos refletem informação. Em sua opinião, o desafio "é perceber como transformar dados em informação, informação em conhecimento e colocar esse conhecimento ao nosso serviço".

Mário Macedo definiu big data como sendo "grandes e contínuos conjuntos de dados", que podem ser estruturados através daquilo a que chamamos de metadados. Depois temos os dados não estruturados, provenientes das redes sociais, também passíveis de ser explorados através de programas próprios, por exemplo, para os médicos poderem entender o estado de depressão de alguns doentes.

A chamada Big Data é cada vez mais crucial na sociedade atual e o setor da Educação não escapa a esses grandes volumes de dados.

O tema prosseguiu com paragens sobre fontes de dados sobre educação na União Europeia, que permite construir todo o tipo de análises sobre tendências ou correlações na educação nacional ou europeia, e sobre o EUROSTAT, igualmente fornecedor de muitos dados sobre o setor educativo. Em resumo, Mário Macedo, presentemente a trabalhar na área da saúde, sublinhou que "as análises de dados permitem conhecer os comportamentos nas escolas e desenvolver novas soluções, além de procurar melhorar os resultados académicos e a eficácia dos professores".

A Inteligência Artificial (IA), tão em voga nos tempos que correm, foi também abordada. O orador sublinhou que os sistemas de IA executam funções geralmente levadas a cabo por humanos. Ela pode fazer perguntas e tomar decisões automaticamente, com base em análises avançadas, operadas em extensos dados", existindo uma variada lista de plataformas de IA para apoio a formadores e estudantes.



CANAL

Mas como pode a big data transformar o ensino? Através de projetos ajustados às necessidades das regiões, potenciando o acesso de professores, formadores e estudantes a mais recursos e a mais ofertas educativas ou também a proceder a análises profundas sobre a evolução da aprendizagem. Mas sempre com o mote de que "a IA nunca substituirá o papel do professor", porque "o importante é alcançarmos um equilíbrio".

Mário Macedo deixou depois algumas notas sobre como corrigir e melhorar a relevância de páginas web, com a utilização de pequenos programas que pesquisam interesses pelo algoritmo e do "adaptive learning", que fornece ferramentas que nos permitem adaptar os nossos conteúdos. Além desses, existe de igual modo o 'augmented learning', que possibilita à criança viver experiências através da realidade aumentada.

No período final do webinar, Rui Maia lançou ao orador um conjunto de questões lançadas pelos participantes, maioritariamente relacionadas com a legislação sobre a proteção de dados e a forma como cada escola os deve gerir.

Mas como pode a big data transformar o ensino? Através de projetos ajustados às necessidades das regiões.

EDUCAÇÃO E BIG DATA:

o que existe e o que
está a mudar...

Os caminhos do sindicalismo no futuro

Ângelo Alves | SPZN



O movimento sindical, surge como um movimento de trabalhadores, que se organizavam para lutarem por melhores condições de trabalho, melhores salários e mais direitos.

É na defesa destes princípios que reside o movimento sindical assim como a força e a capacidade mobilizadora e de luta dos trabalhadores.

Hoje, vivemos num mundo em que a sociedade está constantemente a ser transformada e alterada, são tempos de incerteza e de insegurança, assistimos ao agravamento do desemprego e da precariedade.

Os trabalhadores são explorados, não veem os seus direitos reconhecidos, a precariedade aumenta, as condições de trabalho degradam-se, alguns trabalhadores desanimam, perdem a esperança ao sentirem que nada consegue alterar o caminho que estão a seguir. Este desespero e descrença origina o aparecimento de movimentos de rua, vulgarmente chamados de “populistas” ou “inorgânicos”, liderados por um grupo de pessoas que nada têm a ver com os sindicatos, este é um sinal de alarme, que temos de tentar compreender e combater.

A culpa, e se alguém a tem, do aparecimento destes movimentos, é em especial dos vários governos e dos partidos que os apoiam. Pois, quando deviam estar preocupados com uma negociação sindical justa e honesta, não o fazem.

A concertação social não tem existido, tem sido apenas uma mera formalidade e não um instrumento efetivo de participação dos parceiros sociais. A forma de estar, por parte do governo, na concertação foi o incentivo para o aparecimento destes movimentos, que não têm estruturas formais e hoje tanto os incomoda.

Na educação, neste momento, estes movimentos proliferam, as convocatórias para manifestações e concentrações, feitas através das redes sociais, surgem a todo o momento. Estas atividades são organizadas sem os mais básicos princípios de ética e racionalismo, nada se respeita.

As mudanças são rápidas e os sindicatos vão ter um papel relevante a desempenhar nestas mudanças, surgiram novos meios de comunicação e divulgação de ideias, mas, não creio que a dinamização sindical, nos locais de trabalho, possa ser limitada ao digital, embora reconheça o peso e o valor das redes sociais. Mas só com o contato direto com os trabalhadores e com os sócios é que os sindicatos percebem que eles têm muita coisa para falar, reivindicações a fazer, problemas existentes nos locais de trabalho e só desta forma se consegue fazer ver a importância do movimento sindical. Pois quem não aparece é esquecido.

Hoje o trabalho sindical é diferente, e no caso dos Professores, ainda é mais.

As exigências são muitas, é o tempo de trabalho, é a mobilidade por doença, é a recuperação do tempo de serviço, são as quotas e vagas de acesso ao 5º e 7º, as ultrapassagens, o regime de aposentação, a indisciplina nas escolas, os concursos, a atração de jovens para a docência, a precariedade etc. etc. ... Associada a tudo isto está uma quantidade de legislação que rege a vida de um professor, que se não houver um sindicato forte e com pessoas capazes de esclarecer, informar e ajudar os trabalhadores nas várias necessidades, não consegue sobreviver.

O sindicalismo do futuro além dos problemas das condições de trabalho, tem que se ocupar também das condições vida dos associados, e é aqui onde se deve investir, a prova pode ver-se em sindicatos, que continuam a ser grandes, não pelo número de trabalhadores que existem, mas sim devido aos serviços que prestam aos associados.

Será que os sindicatos têm tendência em acabar? Não, não têm, mas para que tal não aconteça têm que adaptar-se às novas realidades e necessidades dos seus trabalhadores, sem nunca esquecer as suas raízes e princípios que são a luta e defesa de direitos dos trabalhadores.

Os sindicatos, têm que traçar caminhos, para combater estes desafios que se abatem sobre o mundo do trabalho e sobre os trabalhadores,

pois é nos sindicatos que os trabalhadores podem ver alguém que os apoie e os possa defender.

Quanto ao futuro do sindicalismo, este tem que passar pelos jovens, pois a juventude não pode ser colocada de lado, na equação do futuro sindical devem ser lhes dadas oportunidades, porque, de outra forma, poderemos estar a matar o sindicalismo do futuro.

Precisa-se de Juventude na sala de professores!

Carla Machado | SPZN



Nada é tão urgente como o rejuvenescimento da profissão docente! É urgente a criação de incentivos e a valorização da profissão docente, para que os jovens ingressem nova-

mente nos cursos via ensino, evitando um retrocesso na qualidade de ensino prestado, quando o que se exige é uma maior qualificação profissional que responda às exigências das gerações futuras.

“As reformas massivas de professores e a falta de novas entradas nos mestrados que dão acesso à carreira docente, deixarão dentro de um ano 110 mil alunos sem aulas. Um número que, daqui a 3 anos, atingirá os 250 mil estudantes, ou seja, mais de metade dos alunos que hoje frequentam o ensino do 7.º ao 12.º anos”, segundo Luísa Lou-ra, Diretora da Pordata e membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Francisco Manuel dos Santos, 24 de março de 2022.

O início de carreira, ou seja, a entrada no mundo do trabalho é sem dúvida um período em que o professor vive situações de grande stress, marcado por dificuldades, inseguranças e frustrações. Esta situação, deve-se ao facto de o contacto com a realidade do mundo do trabalho, ser invariavelmente diferente das expectativas criadas pelo candidato a professor; experiências de socializa-

ção inadequadas, ambiguidade ou incerteza relativa ao seu papel dentro da organização laboral (instituição escolar) e à precariedade do vínculo laboral.

O futuro da educação em Portugal está em causa, se não se agir rapidamente contra o tempo. É crucial que os mais jovens se interessem pela profissão e abracem o ensino com entusiasmo, mas para isso é necessário que a vejam como uma profissão de futuro, de crescimento pessoal e social e que lhes seja permitido conciliar a vida familiar e profissional, permitindo desta forma uma estabilidade emocional, tão necessária ao bom desempenho dos docentes. Caso contrário, dentro de muito pouco tempo, vamos encontrar salas de professores desertas, arriscando-nos a ter no futuro, quando a necessidade for premente, gente medíocre que se abeira da profissão docente, sem qualquer gosto, inclinação e vocação.

Lamentavelmente, o desinvestimento na educação é o desinvestimento no nosso futuro!

Concluimos então, que uma sociedade, constituída por uma classe docente satisfeita, feliz e realizada será uma garantia de uma sociedade equilibrada e harmoniosa, uma vez que o papel que essa mesma classe desempenha, acarreta consigo a grande responsabilidade da formação dos indivíduos que constituem essa mesma sociedade.

Sobre a educação... de onde viemos e para onde vamos?

Fátima Carvalho | SPZC



O 1º Estatuto da Carreira Docente, o Decreto-lei nº 139-A foi publicado em 1990 e surgiu, após um longo período de negociações entre os sindicatos, muito especialmente a FNE, então FNSP e o Ministério da Educação, um diploma que aprovava a estrutura da carreira docente e um estatuto remuneratório.

Foi, sem dúvida um marco histórico que consagrou um conjunto de direitos e deveres, mas mais que isso estabeleceu as bases da progressão e promoção na carreira docente, os critérios de avaliação de desempenho e condições de trabalho.

Foi a FNE que orgulhosamente se bateu pela carreira única, que num primeiro momento tinha um início e topo diferenciados consoante os docentes fossem bacharéis ou licenciados.

Ao longo dos anos foram surgindo alterações no que concerne à progressão na carreira, mas que por consubstanciarem perdas de tempo, a sua recuperação foi faseadamente alcançada, seja com a portaria 1218/90 como com a portaria 39/94.

Com toda a dedicação, os professores prepararam e deram aulas, coordenaram departamentos, foram diretores de turma, corrigiram trabalhos, testes, exames, participaram em projetos, coadjuvaram e substituíram colegas, participaram em reuniões, elaboraram relatórios, colaboraram em clubes, foram avaliadores, fizeram formação.

A partir de 2007, com a publicação do Decreto-lei nº 15/2007, vivem-se as maiores lutas com gre-

ves e manifestações, das quais relembramos a histórica manifestação de 120 mil professores que se bateram por uma avaliação justa e pelo fim da divisão da carreira em professor e professor titular.

Mas, se não bastasse a grande perda de direitos e prejuízos causados na carreira por este último estatuto e subsequentes, chegámos a 2018 com um congelamento de 9 anos 4 meses e 2 dias.

E, tudo os professores aguentaram!

Após todas as negociações iniciadas com o ME em 2018, o que conseguiram os docentes? Uns escassos 2 anos 9 meses e 18 dias!

Nada conseguiram para uma avaliação mais justa e transparente, na clara distinção entre Componente Letiva e Componente não Letiva, na enorme sobrecarga de trabalho, na total recuperação de tempo de serviço fruto do congelamento e das transições entre carreiras, nos condicionamentos na carreira fruto de vagas e quotas, na revisão do regime de aposentação. Os docentes em monodocência, continuam a trabalhar, aproximadamente, mais 400 minutos por semana do que os seus colegas dos outros ciclos de ensino, têm um calendário escolar mais extenso e continuam sem medidas de compensação.

Os Educadores e Professores têm razão de sobra para estarem desiludidos, fartos e exaustos.

O ano começou e terminou em guerra aberta com o ME e se o ministro não negociar com seriedade, a bem da educação e dos professores, mas especialmente a bem da escola pública, 2024 não será melhor do que 2023.

Porque os professores não desistem!

Que Ministério da Educação temos?

Isabel Arribança | SPZC



É suposto que o ME seja o departamento do governo que Tutela a ação educativa do país. Consta nos seus documentos que define, coordena, executa e avalia as políticas nacionais dirigidas à educação. Mas a questão que se coloca é que ME temos?

Um ME desorganizado e com uma má articulação entre as partes que o constituem, ou melhor, as muitas partes que o constituem: secretarias, institutos e delegações (SG, IGEC, DGAE, DGE, DGEEC, IAVE, IGEFE e DGEstE). Partes do ME que emanam orientações diversas e solicitam ao longo do ano escolar monitorizações sobre a mesma coisa, multiplicando o trabalho nas escolas quer para direções quer para professores.

Um ME que dá informações contraditórias para a mesma situação, dependendo do organismo que se consulta ou, por vezes, proveniente de um mesmo organismo, como é o caso de respostas dadas pela DGAE. A forma de comunicação para esclarecer dúvidas junto deste organismo é limitada quase exclusivamente à aplicação E72 e embora célere nas respostas, nem sempre é fiável, ficando muitos dos que a consultam completamente sem norte.

Um ME que mantém organismos esvaziados de informação e/ou competências que em pouco podem ajudar as escolas da sua área, como a DGEstE. E se alguém tem dúvidas experimente solicitar informações a este organismo e rapidamente constatará que a resposta dada se resume a um “já não é da nossa competência”.

Um ME com muita legislação inovadora (Decretos-Lei nº 54/2018 e 55/2018) inspirada nos melhores exemplos europeus, mas sem plano ou visão clara para a sua implementação. E não pre-

cisa. O Ministério sabe de que fibra somos feitos, sabe que direções e professores, com a sua pouca autonomia e sem recursos suficientes, conseguem congeminar formatos de consecução dos projetos inovadores, capaz de caber na matriz curricular, de respeitar os imensos currículos disciplinares e integrar o abrangente Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. No entanto, existe um processo de tentativa e erro de cada agrupamento, podendo-se ter evitado erros se o ME tivesse dado orientações mais claras, se tivessem dado recursos suficientes, se tivesse analisado melhor como é que os outros fizeram e que condições tinham quando decidiram inovar; mas não, o nosso ME limitou-se a ouvir partilhas e monitorizar papeis para dar reporte a quem nos financia.

Um ME que se autoproclama o grande defensor da inclusão, mas não coloca recursos humanos nas escolas essenciais à mesma, fazendo uma "inclusão do meio tostão". Basta ouvir relatos dos colegas para perceber a complexidade e multiplicidade de casos de Necessidades Especiais sem apoio adequado.

A inclusão exige espaços diversificados, adaptados e recursos humanos disponíveis (docentes, terapeutas e assistentes operacionais), mas isto não acontece. Os docentes de Ed. Especial vêm-se a braços com um número excessivo de alunos, com patologias distintas e complexas, sem apoio de assistentes operacionais em situações que compromete o acompanhamento e até vigilância destes alunos. Os casos multiplicam-se ao longo do ano e os recursos não aumentam proporcionalmente, ficando muitos destes alunos Especiais apenas com acompanhamento de processo (mas o que é isto?). Os papeis multiplicam-se, as monitorizações são constantes, mas na prática as escolas vão desenrascando as coisas como podem. Isto não se faz, a ninguém, isto não se faz a crianças e jovens Especiais.

Um ME que não soube antever as necessidades de docentes para o futuro e não foi capaz de planejar a sua fixação na carreira, desperdiçando imensos recursos formados com os nossos impostos e agora, numa situação limite, abre as portas a gente menos qualificada.

Durante anos e anos, impediu a vinculação de centenas de professores, bem como a sua aproximação à residência. Atualmente, fazem falta, mas estão fora do sistema da educação ou recusam-se a concorrer para todo o território nacional, pois a idade de ir “à aventura” já passou e têm outras responsabilidades (familiares, financeiras...).

Então por que razão não foi pensado um diploma de concursos que efetivamente fosse ao encontro das necessidades e da resolução dos problemas.

Um ME que afirma que os professores em monodocência podem usufruir dos intervalos de meia hora durante a manhã e afirma-o perante os microfones da comunicação social, mas que nunca retirou dos normativos legais, as 25 horas letivas semanais obrigatórias.

Um ME que procura resolver as desigualdades da progressão na carreira geradas ao longo de anos

com a brilhante proposta de “corretor de assimetrias”, que por não corrigir rigorosamente nada, rapidamente lhe alteraram o nome para “aceleradores de carreira”. E sobre isto muito há a dizer...

Prevê-se, porque ainda não vimos a proposta do diploma, mas o “desenho” conhecido é intrigante. Os professores que estão no quarto escalão e passaram pelos dois congelamentos não recuperam tempo algum. Os que vão há lista perdem todo o tempo que decorre entre o período do cumprimento de requisitos e o 1 de janeiro seguinte. Os que ficaram na lista recuperam o tempo de permanência na lista, mas perdem os múltiplos de 365 dias ou os faseamentos de RTS utilizados. Só recuperam 1 ano os que estão acima do 6º escalão e os restantes? Fundamentos? Desconhecem-se.

Em suma: os frutos de uma Árvore doente nunca serão os melhores. E sendo os frutos desta árvore os nossos filhos e netos, temos de estar preocupados. Se não, muito preocupados!

Felizmente, a FNE está atenta, movimenta-se e não baixa os braços, com a plena consciência que batalhar pelos direitos dos professores é lutar pelo futuro da educação.



A escola que temos e a escola que queremos: O papel fundamental do Pessoal de Apoio Educativo



A educação é uma das bases fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade próspera e equitativa. No núcleo deste sistema estão as escolas, onde professores,

estudantes e o pessoal de apoio educativo desempenham papéis cruciais. Neste texto, abordaremos a importância do pessoal de apoio educativo e como este é essencial para moldar a escola que temos e, sobretudo, a escola que desejamos.

A escola que temos é aquela que proporciona um ambiente de aprendizagem seguro, limpo e bem organizado. O pessoal de apoio educativo desempenha um papel vital para garantir que a infraestrutura da escola esteja em perfeitas condições. Mantem os espaços limpos e ordenados, criando um ambiente propício às crianças e jovens. Assegura que as operações diárias ocorram sem problemas no desempenho das suas diversas funções. A segurança dos estudantes também é garantida pelos profissionais responsáveis pelo controlo de acesso e vigilância, criando um ambiente protegido para todos/as.

Contudo, a escola que queremos vai além disso. Queremos uma escola que vá ao encontro das necessidades individuais de cada aluno, desenvolvendo as suas capacidades, valorizando as suas habilidades e incentivando as suas aptidões e paixões. O pessoal de apoio educativo pode e deve desempenhar um papel crucial neste processo, apoiando os professores, psicólogos e assistentes sociais, no atendimento personalizado aos estudantes, identificando dificuldades emocionais e sociais que afetam o desempenho académico dos alunos e no suporte adequado. Desta forma, podemos criar um ambiente inclusivo e empático, onde cada estudante se sinta valorizado.

Assim, a escola que queremos deve valorizar, reconhecer e promover o desenvolvimento profissional contínuo do pessoal de apoio educativo. É essencial proporcionar oportunidades de formação e atualização para que estes profissionais estejam sempre preparados para lidar com os desafios em constante mudança do ambiente educacional, numa sociedade cada vez mais diversa. Investir nos seus conhecimentos e competências resultará num melhor desempenho, contribuindo para o crescimento geral da escola.



FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA TAMBÉM EDUCAM

Outro aspeto relevante é o trabalho em equipa. A escola que queremos incentiva a colaboração entre todos os membros da equipa escolar. Professores e pessoal de apoio educativo podem e devem trabalhar em conjunto, partilhando ideias e estratégias para melhorar a qualidade do ensino e o bem estar dos estudantes. Esta sinergia cria uma atmosfera positiva e enriquecedora, onde todos se sentem motivados a contribuir para o sucesso da escola e onde cada um/a encontra o seu lugar, no desempenho das suas funções.

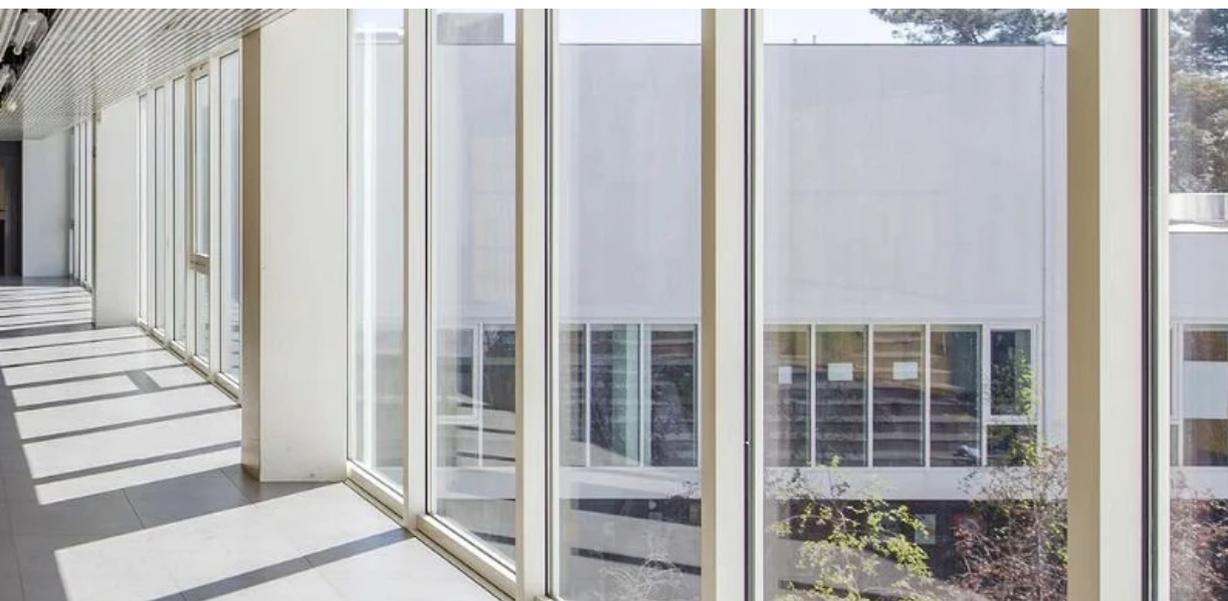
Além disso, não podemos ignorar a importância do diálogo entre a escola e a comunidade. A escola que queremos é aquela que se integra à sociedade, envolvendo pais, responsáveis e membros da comunidade em eventos e atividades educativas. O pessoal de apoio educativo, como parte integrante dessa comunidade, desempenha um papel fundamental na construção destas pontes entre a escola e a sociedade em geral.

Em síntese, o pessoal de apoio educativo é a base para a escola que temos e é uma parte essencial na construção da escola que queremos. A sua dedicação e trabalho muitas vezes acontecem nos bastidores, mas o seu impacto é sentido por todos os estudantes e professores. É hora de reconhecermos e valorizarmos o papel fundamental destes profissionais na educação e investirmos no seu crescimento profissional.

Somente quando todos os membros da comunidade escolar trabalharem juntos, de forma colaborativa e participativa, poderemos alcançar a escola que verdadeiramente desejamos - uma escola inclusiva, integradora, acolhedora e voltada para o crescimento de cada estudante, independentemente das suas características.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e RA

Marisol Carmelino
Departamento de Formação do STAAE Sul e RA



O PAE, os educadores e professores e a escola pública precisam urgentemente de investimento.



FNE em Washington na Cimeira Internacional da Profissão Docente 2023

A FNE participou na 13ª edição anual da Cimeira Internacional da Profissão Docente (ISTP, na sigla inglesa) 2023, que teve como país hóspede os Estados Unidos da América e o seu Secretário Federal da Educação, Miguel Cardona. A ISTP é o único evento global que reúne sindicatos de professores e ministros da educação em igualdade de condições.

Organizada anualmente pela Internacional da Educação (IE – representante mundial dos sindicatos da educação) e pela OCDE, a Cimeira decorreu em 26 e 27 de abril de 2023, em Washington D.C., depois de no ano anterior ter decorrido presencialmente em Valência, Espanha.

O tema da Cimeira foi **“Posicionados para o futuro: O Ensino transformador para o envolvimento global, a sustentabilidade e o acesso digital”**, repartido por três vetores: 1: Promover e valorizar a profissão docente; 2: Educar para a competência global e cultural e o envolvimento cívico; e 3: Alavancar as tecnologias digitais para assegurar um acesso equitativo e uma melhor aprendizagem para todos.

Tanto a IE como a OCDE produziram um documento político com aquele mesmo tema, deixando a sua própria visão de um ensino transformador. Por seu lado, Miguel Cardona acentuou o caminho traçado pelos EUA, presente na iniciativa federal “Raise the Bar in Education” (Elevar a Fasquia na Educação) e Liderar o Mundo, focada em três áreas principais: excelência académica,

melhoria ousada das condições de aprendizagem e preparar os alunos norte-americanos para um mundo de competitividade global.

Vinte e duas delegações de governos nacionais estiveram presentes em Washington D.C., tendo a delegação portuguesa sido constituída pelo Secretário de Estado da Educação, António Leite, dois elementos do seu ministério (Susana Castanheira e Carlos Santos) e por dois representantes das duas maiores federações sindicais da educação filiadas na IE: a FNE (Joaquim Santos) e a FENPROF (Manuela Mendonça).

Se o governo de um país não se inscrever na Cimeira, os representantes dos sindicatos da educação não podem estar presentes no evento. Foi o que aconteceu este ano a alguns países, como o Reino Unido, facto a que a IE muito se opôs.

Como é habitual na ISTP, cada delegação nacional – sindicatos e ministérios da educação – elaboraram e redigem, em conjunto, alguns compromissos, a que ficam ligados até à cimeira do ano seguinte. Os representantes sindicais portugueses afirmaram publicamente no evento que gostariam de ver o Governo português mais empenhado em processos de diálogo social frutíferos, que trouxessem à profissão docente e aos seus profissionais o devido reconhecimento e a devida valorização. Este fundamento é o que justifica as presentes lutas dos professores em Portugal.

O Governo português assumiu com as duas federações nacionais reforçar o investimento na educação e diminuir os níveis de burocracia nas escolas; reforçar o papel da escola na promoção da cidadania e da democracia; introduzir, em todas as modalidades de formação de professores, componentes relevantes sobre o digital e a Inteligência Artificial, como instrumento para a melhoria das aprendizagens; e utilizar as tecnologias digitais para reforço da inclusão, corrigindo as desigualdades atuais e combatendo a emergência de novas exclusões decorrentes do acesso assimétrico ao digital.

A SURPRESA DE JILL BIDEN

No dia 24 de abril decorreu, na sede da Federação Americana de Professores (AFT – cerca de dois milhões de associados) um painel sobre “A Interseção da Democracia e da Educação Pública”, com o objetivo de comemorar os 25 anos do Instituto Albert Shanker e os 30 anos da IE. A celebração foi presidida por Susan Hopgood, Presidente da IE.

No dia 24 de abril, ocorreu um Evento Pré-Cimeira da IE na sede da National Education Association (NEA), a maior organização sindical do mundo da educação, com cerca de três milhões de associados. O tema foi “Uma visão estratégica das ISTPs e a sua relação com outras iniciativas da educação”. A sessão foi presidida por David Edwards, Secretário-Geral da IE.

Na manhã de 25 de abril, as delegações visitaram escolas públicas e universidades de Washington. E na parte da tarde o Governo espanhol refletiu sobre a Cimeira de Valência 2022 e passou o testemunho ao setor da Educação da Administração Biden, que se focou na importância da ISTP e em diversos temas emergentes na educação.

Um dos pontos altos da cimeira foi a presença da professora Jill Biden, mulher do Presidente dos EUA, que curiosamente continua a dar aulas numa escola próxima da capital, no Estado da Virgínia. A este respeito, Miguel Cardona confidenciou aos presentes: “Muitas vezes vamos no avião e no helicóptero presidencial e ela aproveitou o tempo para corrigir testes!”.

O governo de Singapura será o hóspede da ISTP 2024.



A Primeira-Dama dos EUA e Miguel Cardona



Professora numa escola pública perto de Washington



Comitiva do Governo Nacional à Cimeira

Um dos pontos altos da cimeira foi a presença da professora Jill Biden, mulher do Presidente dos EUA, que curiosamente continua a dar aulas numa escola próxima da capital, no Estado da Virgínia.





FNE na reunião do TUAC em Paris

A FNE participou em mais uma reunião do Grupo de Trabalho (GT) em Educação e Competências do TUAC, na sede da OCDE, em Paris. Debateram-se os grandes temas da educação do momento e modos de organização interna para o futuro. Novidades: a partir de 2025, o PISA passará para ciclos de quatro anos e o PISA 2025 vai ter uma avaliação em Inglês Língua Estrangeira. A última avaliação em línguas estrangeiras foi o primeiro Inquérito Europeu às Competências em Línguas (ESLC), em 2011. Recordamos: os resultados nacionais foram tão desanimadores que o Ministério da Educação português – depois de os publicar - *meteu-os na gaveta*.

O Grupo de Trabalho em Educação e Competências do TUAC (Comité Sindical de Aconselhamento da OCDE) reuniu em Paris, em 4 e 5 de maio de 2023, pela primeira vez sob a presidência do escocês Larry Flanagan, também Presidente do Comité Sindical Europeu da Educação – CSEE, que substituiu o inglês John Bangs, figura carismática da investigação da Internacional da Educação (IE) e ex-professor da Universidade de Cambridge.

Andreea Minea-Pic (OCDE) apresentou uma visão geral de um novo projeto da sua organização intitulado “Recursos educativos para a era digital: professores eficazes e prontos para o futuro”. Na discussão que se seguiu, os membros do Grupo de Trabalho (GT) enfatizaram a necessidade de se envolver, de forma significativa, e ouvir os professores na avaliação na forma como eles podem ser melhor apoiados e equipados na transformação digital, realçando-se, ao mesmo tempo, o importante papel desempenhado pelos sindicatos a esse respeito.

Os membros do GT também expressaram preocupação com algumas das estratégias salariais apresentadas pela OCDE para atrair e reter professores de qualidade, observando que elas se assemelhavam a modelos de remuneração baseados em desempenho, que têm impactos negativos muito notórios tanto na profissão, quanto na aprendizagem em geral.

Por outro lado, destacaram também a questão da intensificação do trabalho como um dos fatores que contribuem para a falta de atratividade da profissão docente e as implicações que a digitalização terá nas exigências impostas ao tempo dos professores.

Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Competências da OCDE, fez uma atualização sobre os trabalhos e as reuniões recentes e futuras da sua diretoria. Tal incluiu uma visão geral da reunião ministerial de educação de dezembro de 2022. O principal resultado da reunião foi a Declaração sobre a construção de sociedades equitativas através da educação, para a qual o TUAC deu a sua contribuição. No sentido de apoiar os países, a OCDE desenvolveu um Painel Interativo de Indicadores sobre Equidade na Educação, lançado na Reunião do Conselho Ministerial de junho.

Na discussão que se seguiu, o TUAC enfatizou a importância do envolvimento prático e das interações com professores e assistentes de sala de aula no apoio e preparação de jovens alunos para a digitalização. Os representantes sindicais também expressaram apoio ao foco das direções escolares em questões de equidade e disparidades de género na educação e no papel da educação no contexto das mudanças climáticas. Igualmente destacada foi a urgente necessidade de regulamentação da Inteligência Artificial (IA).

O principal resultado da reunião foi a Declaração sobre a construção de sociedades equitativas através da educação, para a qual o TUAC deu a sua contribuição.

REGULAMENTAR A IA

Laura Reznikova, analista da OCDE, apresentou uma visão geral de um projeto atual que explora estratégias para envolver efetivamente as partes interessadas na política educativa e de competências em diferentes contextos e que busca gerar percepções sobre como os mecanismos de compromisso das partes interessadas podem levar a melhores resultados.

O GT realçou a necessidade de se reconhecer mais fortemente o papel desempenhado pelos sindicatos em consultas genuínas, tanto no desenvolvimento, quanto na implementação da política de competências. Isto surgiu na sequência da ausência dos sindicatos na apresentação de Laura Reznikova.

Foi de igual modo notada a necessidade de reconhecer os desequilíbrios de poder que podem existir entre as diferentes partes interessadas em diferentes contextos - em termos de recursos disponíveis, incluindo tempo e dinheiro - e o impacto do lobby na política educativa e de competências.

De seguida, sindicatos e OCDE debateram as principais questões exploradas durante a Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente (ISTP 2023), realizada em 26 e 27 de abril, em Washington D.C., EUA.

Houve uma discussão substancial sobre a presença crescente da IA na educação, no papel dos sindicatos na formação e de como as tecnologias digitais são projetadas e usadas para fins educativos. Os membros do TUAC enfatizaram que o foco

das discussões nesta área deve ser sobre como a IA e as tecnologias digitais podem ser usadas como uma ferramenta para apoiar a aprendizagem e o ensino, em vez de enquadrar a digitalização na educação como um objetivo final em si.

Foi também destacado que os sindicatos devem estar mais bem informados sobre a IA para ajudarem a moldar a sua implementação na educação nos seus países. Abordou-se igualmente a influência e o poder das empresas de EdTech, o risco de que a IA possa levar a uma maior privatização e comercialização da educação e a necessidade de governos, sindicatos e empresas fazerem parte da mesma conversa.

O GT debateu ainda a necessidade de uma forte posição comum sobre a IA e observou que estas reuniões na OCDE podem servir como um espaço de influência. Outro tema crucial foi a importância de haver concórdia numa regulamentação forte, para impedir um desenvolvimento selvagem da IA.

Alvo de discussão foi também a própria cimeira, incluindo os progressos registados nos últimos anos no enquadramento do apoio aos professores e a sua singularidade enquanto espaço onde a participação dos delegados dos países está dependente da participação sindical. A quantidade de tempo de uso da palavra atribuído aos sindicatos foi levantada pela FNE/UGT, como uma questão a ser discutida antes da futura cimeira de Singapura, em 2024. O GT também observou o valor de ter a oportunidade de debater a cimeira nesta reunião e a importância de se aproveitarem os resultados.

Houve uma discussão substancial sobre a presença crescente da IA na educação, no papel dos sindicatos na formação e de como as tecnologias digitais são projetadas e usadas para fins educativos.



RECURSOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR

Marieke Vandeweyer (Educação e Formação Profissional e Aprendizagem de Adultos da OCDE) forneceu uma visão geral do projeto “VET Facing the Future”, que explora como os sistemas de Ensino e Formação Profissional (EFP) podem ser reprojatados para melhor alinhar a formação com as necessidades de competências, para uma melhor acessibilidade, para melhor apoiar as transições para um mercado de trabalho em mudança e a aprendizagem futura e para incorporar abordagens pedagógicas e inovadoras. O EFP para adultos e o seu apoio nas transições teve assim um foco especial.

Discutiram-se então as barreiras de acesso enfrentadas em países específicos (em termos de custo e localização geográfica da formação), financiamento e caminhos que facilitam as transições entre o EFP e o ensino superior. Os sindicatos enfatizaram que a desvalorização ou o enquadramento negativo do EFP é um problema significativo em muitos países, continuando a ser visto como um percurso educativo de segunda escolha para alunos e para famílias. A questão da criação de incentivos para as pequenas e médias empresas foi considerada urgente, para que também elas possam oferecer estágios de qualidade.

Anna Pons (OCDE) forneceu uma visão geral da “Rede Schools+”. A parte sindical levantou questões sobre o envolvimento das fundações no projeto e até que ponto elas têm influência na definição da sua direção. Também chamou à atenção para a necessidade de se ter cuidado com o facto de que as redes podem resultar em trabalho adicional para os professores e tendem a ser desequilibradas em termos da representação das escolas em causa, com maior incidência em escolas favorecidas. A importância da confiança nos professores foi fortemente aconselhada.

Michele Tuccio (OCDE) apresentou as conclusões de um projeto recente de mapeamento de iniciativas e métodos usados em países selecionados para antecipar as necessidades de competências para a transição verde. Os sindicatos observaram a importância deste tópico no contexto atual e concordaram com o foco nas competências que serão necessárias no contexto da transição verde, em vez de competências específicas do trabalho. Uma questão-chave levantada foi como os empregadores podem ser incentivados e apoiados a investir em formação, especialmente em pequenas e médias empresas.



Simon Roy (OCDE) apresentou as principais conclusões de uma recente revisão de evidências sobre políticas de carreira académica no ensino superior, que abrangeu questões como o estatuto contratual, responsabilidades e cargas de trabalho, avaliação de desempenho e mecanismos de recompensa, diversidade e equilíbrio de género e a proteção da liberdade académica.

Vários representantes sindicais realçaram a precariedade contratual no ensino superior, assim como o modo como ela pode afetar a liberdade académica, incentivando a OCDE a investigar os seus impactos pessoais no setor. De igual forma sublinharam as diferenças de tratamento entre investigadores e docentes e a necessidade de haver mais dados sobre a precariedade contratual no ensino superior.

Uma questão-chave levantada foi como os empregadores podem ser incentivados e apoiados a investir em formação, especialmente em pequenas e médias empresas.

SUGESTÕES PARA O FUTURO

Stéphan Vincent-Lancrin apresentou uma análise recente e o trabalho da OCDE sobre criatividade e pensamento crítico, incluindo um projeto de pesquisa prática sobre como as escolas e os sistemas educacionais podem promover essas competências entre os alunos. A representação sindical expressou o apoio geral ao projeto, mas levantou várias questões que podem funcionar como barreiras à incorporação de maior criatividade e pensamento crítico no ensino.

Isso inclui a falta de liberdade dos professores para se afastar do currículo, o aumento do foco na avaliação de desempenho em muitos sistemas educativos e o tempo necessário para incorporar e implementar mudanças no currículo num contexto em que os professores já enfrentam cargas de trabalho cada vez mais intensas.

Esta sessão foi uma oportunidade para os membros fornecerem feedback sobre as reuniões deste Grupo de Trabalho do TUAC, incluindo o processo proposto para nomear representantes para os comités e grupos de trabalho da OCDE e sobre as principais prioridades para o futuro. Vários intervenientes agradeceram a variedade de tópicos incluídos na agenda desta reunião, observando que havia um bom equilíbrio entre

itens focados em competências e itens focados em educadores e professores.

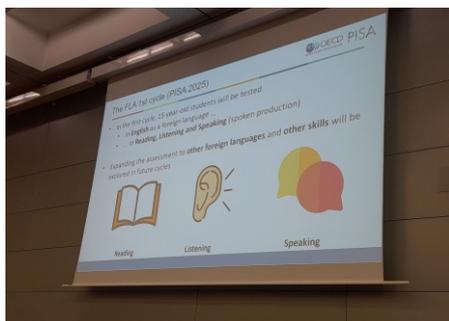
De igual maneira realçaram que acolheram com satisfação o espaço para discussão geral entre os membros e recomendaram que isso fosse uma característica permanente da agenda dali para frente. Os representantes sindicais, incluindo a FNE/UGT, notaram ainda que as reuniões também deveriam ter um espaço para eles apresentarem trabalhos e posições à OCDE, em vez de a dinâmica ser invariavelmente unidirecional.

Para futuro as propostas recaíram numa agenda da reunião em torno de temas-chave, com espaços suficientes para discussão, como forma de identificar posições sindicais comuns e prioridades políticas. Foi então sugerida a criação de pequenos subgrupos, que poderiam trabalhar em assuntos selecionados antes das reuniões na OCDE e depois apresentar as suas conclusões no plenário.

Outra das sugestões teve que ver com que a pré-reunião pudesse ser usada para discutir previamente o trabalho da OCDE a ser apresentado. Observou-se então que a OCDE poderia distribuir as apresentações e documentos com maior antecedência, para haver uma melhor preparação por parte dos sindicatos.

Os representantes sindicais, incluindo a FNE/UGT, notaram ainda que as reuniões também deveriam ter um espaço para eles apresentarem trabalhos e posições à OCDE, em vez de a dinâmica ser invariavelmente unidirecional.





PISA VAI TER CICLOS DE QUATRO ANOS

Sobre o Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA), da OCDE, Tue Halgreen apresentou uma atualização sobre o progresso e divulgação dos resultados do PISA 2022, assim como os planos já existentes para o PISA 2025 e para o futuro. A maior novidade do PISA 2025 será uma Avaliação em Inglês Língua Estrangeira, em Ler, Ouvir e Falar (produção oral), para a qual já existem 21 países/economias interessados, incluindo Portugal. O pós 2025 incluirá a avaliação de outras línguas estrangeiras e outras competências serão exploradas. De momento, não existe qualquer recolha de informação internacional comparativa ao nível do sistema escolar.

Alguns estudos anteriores neste âmbito foram o “Six Subject Survey” (Competências em Inglês e francês, em 1970-1971), o “IEA three phase project – National Profiles of Language Education”, em 1995, e o “First European Survey on Language Competencies” - ESLC (em cinco línguas, em 2011).

A iniciativa do ESLC foi da Comissão Europeia e teve como principal objetivo avaliar a proficiência em língua estrangeira de alunos a frequentar, preferencialmente, o último ano do ISCED 2 (9.º ano de escolaridade), tendo por referência o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QEQR). Os resultados do ESLC foram tão desanimadores que o Ministério da Educação português da altura – depois de os publicar - resolveu *metê-los na gaveta*.

Até à altura desta reunião, o PISA 2025 tinha já a participação assegurada de 89 países / economias, 40 delas de países da OCDE. Pela primeira vez no PISA estarão a Arménia, Curdistão, Egito, Equador, Gana, Quênia, uma Região do Iraque, Quirguistão, Tajiquistão e Zâmbia.

O PISA 2025 terá o seu foco na Ciência do Ambiente, nomeadamente no entender as mudanças climáticas e os desafios ambientais, avaliar as

fontes de informação sobre essas questões e explorar e considerar os cursos de ação apropriados em resposta a tais questões.

A partir do PISA 2025, o ciclo do PISA passará de três para quatro anos. A OCDE discutiu este tópico com os países membros e com os sindicatos presentes no TUAC. Entre as razões justificativas desta decisão está o reduzir a sobreposição na implementação de ciclos, mais tempo para analisar os dados em detalhe para o desenvolvimento de políticas e pesquisa e a possibilidade de obter resultados mais robustos para todos os domínios, aumentando o tamanho da amostra escolar sem aumentar a carga geral sobre as escolas ao longo do tempo.

A OCDE já tem a preparação do PISA 2029 em andamento, que terá mais 20 escolas por país participante.

Por fim, El Iza Mohamedou, chefe do Centro de Competências da OCDE, apresentou uma visão geral do trabalho do Centro de Competências para 2023. Os elementos que destacou incluem os seguintes pontos: 1 - O Outlook de Competências 2023, a publicar em setembro, abordará três áreas temáticas: (i) competências e promoção da saúde; (ii) competências para a transição verde; e (iii) competências para a transição digital; 2 - Análises nacionais sobre aspetos da EFP, incluindo uma revisão relacionada ao desenvolvimento profissional de professores em França, o EFP e a transição verde na Finlândia e garantia de qualidade na EFP na Lituânia; 3 - Projetos de análise temática sobre EFP e a transição verde, na conceção e entrega de qualificações e na garantia de qualidade na educação de adultos; e 4 - O simpósio CEDEFOP/OCDE sobre aprendizagem digital em Tessalónica, Grécia, em 15 a 16 de junho de 2023.

El Iza informou a terminar que a Cimeira de Competências 2024 será em Bruxelas, nos dias 21 e 22 fevereiro. O representante da FNE/UGT no GT de Educação e Competências é Joaquim Santos.

A maior novidade do PISA 2025 será uma Avaliação em Inglês Língua Estrangeira, em Ler, Ouvir e Falar (produção oral), para a qual já existem 21 países/economias interessados, incluindo Portugal.

Nova Recomendação da OIT sobre Qualidade das Aprendizagens

A 111ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT terminou em 16 de junho de 2023, em Genebra, com a adoção de uma nova Recomendação (208) sobre a qualidade na aprendizagem. Com 468 votos a favor, seis abstenções e o voto contra do Uruguai, o novo standard para os cursos de aprendizagem é crucial para melhorar as condições de vida e de trabalho dos formandos, assim como para aumentar os níveis de emprego, produtividade e resiliência.



A Recomendação fornece orientação para os estados membros projetarem e melhorarem as leis e os seus sistemas nacionais de aprendizagem.

Além de resoluções sobre a transição justa e proteção laboral, a nova Recomendação da OIT sobre Aprendizagens de Qualidade tem por objetivo apoiar jovens e adultos na sua qualificação e requalificação no âmbito de uma educação e formação ao longo da vida. A Recomendação número 208 fornece assim uma definição clara de aprendizagem e especifica normas de qualidade, incluindo quais devem ser os direitos e a proteção de quem opta por estes cursos vocacionais.

Os cursos de aprendizagem fornecem uma quantidade significativa de formação no local de trabalho, permitindo que os aprendizes adquiram competências relevantes para o mundo do trabalho, em tão rápido processo de mudança. Estes cursos são também muito importantes para as empresas, que deste modo conseguem preencher as suas necessidades de emprego.

A Recomendação fornece orientação para os estados membros projetarem e melhorarem as leis e os seus sistemas nacionais de aprendizagem. Os principais tópicos incluem Definições, âmbito e meios de implementação, Quadro regulamentar para aprendizagens de qualidade, Acordo de aprendizagem, igualdade e diversidade nas aprendizagens de qualidade, Promoção de aprendizagens de qualidade e a Mobilidade, incluindo a cooperação internacional, regional e nacional.

Os cursos de aprendizagem têm orgânicas e operacionais muito diversas em toda a Europa. Uma das grandes diferenças é que os formandos têm um salário e condições de saúde muito boas em alguns países, noutros não. Outra das grandes dificuldades é a falta de incentivos para as PME aderirem a estágios, em parceria com as escolas profissionais. A Recomendação da OIT dá passos muito relevantes para melhorar a qualidade destas formações.



Durante a primeira discussão na 110ª CIT de 2022, que decorreu em Genebra entre 27 de maio e 11 de junho, os delegados discutiram questões-chave e adotaram conclusões que foram vertidas para a proposta de recomendação agora aprovada.

Para Martin Henry, da Internacional da Educação (IE), a Recomendação assegura um forte apoio educativo aos aprendizes por profissionais qualificados, processos de certificação adequados, uma boa orientação e apoio vocacional, como também se conseguiu eliminar menções supérfluas em relação às circunstâncias nacionais.

Nas suas palavras, a recomendação fornece assim um instrumento normativo inspirador para os aprendizes, incluindo a proteção do direito à liberdade de associação e negociação coletiva, bem como outros direitos coletivos e laborais dos trabalhadores.

A IE esteve envolvida no desenvolvimento desta recomendação a pedido da Conferência Sindical Internacional (ITUC, em inglês), devido à sua experiência em educação e formação técnica e vocacional, devido à necessidade de professores e formadores qualificados e à importância de garantir uma base educativa sólida para a aprendizagem.

A sessão de junho do corrente ano registou também 13 ratificações de convenções internacionais do trabalho, principalmente em relação à recém-adotada convenção contra a violência e assédio no mundo do trabalho (C190), assim como as convenções relacionadas com a segurança e saúde no trabalho.

A 111ª CIT contou com a presença de cerca de cinco mil delegados, representando governos, trabalhadores e empregadores dos 187 Estados membros da OIT. A Conferência decorreu de 5 a 16 de junho de 2023, no Palácio das Nações da ONU.

A IE esteve envolvida no desenvolvimento desta recomendação a pedido da Conferência Sindical Internacional (ITUC), devido à sua experiência em educação e formação técnica e vocacional.



FNE no 10º aniversário da Aliança Europeia das Aprendizagens

A Aliança Europeia das Aprendizagens (EAfA), da Comissão Europeia (CE), celebrou dez anos de existência em 26 e 27 de junho de 2023, com dois seminários em Bruxelas, em que a FNE foi a única organização sindical convidada para intervir, enquanto membro e parceiro social.



A FNE aderiu à EAfA em 25 de junho de 2015, com um compromisso assinado na Biblioteca Nacional da Letónia, em Riga, focado na melhoria da atratividade, qualidade e imagem dos cursos de aprendizagem, através de um diálogo social forte e eficaz entre as partes interessadas. A prestação da FNE na Aliança mereceu-lhe o convite da CE para intervir no segundo evento da comemoração, de nome “Get Together Event”, realizado na tarde de 27 de junho, na capital belga.

O “Evento de Alto Nível” de 26 e 27 de junho (aqui só de manhã) e o “Get Together Event” celebraram dez anos de serviço da Aliança à causa das aprendizagens e do ensino vocacional na Europa, assim como o quinto aniversário da Recomendação da União Europeia (EU) sobre o “Quadro Europeu para a Qualidade e Aprendizagem Eficaz”, que enalteceu a participação dos parceiros sociais no sistema dual do ensino profissional, destinado a jovens ou a adultos europeus – os chamados apprenticeships, em inglês, ou cursos de aprendizagem, em português.

Os dois eventos reuniram presencialmente relevantes especialistas, formuladores de políticas e partes interessadas da Europa, bem como mais de 500 participantes online, que debateram os benefícios, desafios e o futuro da aprendizagem.

No seu discurso de boas-vindas, Joost Korte, Diretor-Geral da DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da CE referiu que em 2013, tivemos a maior taxa de desemprego de sempre na UE e 26 milhões de pessoas no desemprego. Desde então, mais de 400 membros juntaram-se à EAfA, garantindo 1,3 milhões de estágios em empresas. Em 2023, “a situação é muito melhor. Temos um mercado de trabalho forte e uma taxa de desemprego recorde”.

No entanto, enfrentamos enormes desafios como a emergência climática, o alto custo de vida, uma 'corrida global de talentos' e a escassez de mão de obra na UE. Este problema é particularmente sentido nos setores ligados à transição verde e digital, onde há potencial para a criação de muitos empregos de alta qualidade.

É por esta razão que os programas de aprendizagem são mais relevantes do que nunca e constituem uma parte essencial do Ano Europeu das Competências. O objetivo é criar uma mentalidade positiva em torno da melhoria das competências e da requalificação, e encarar a aprendizagem como um investimento e não como um custo. O “Evento de Alto Nível” reuniu os parceiros sociais europeus e as partes interessadas para debater a qualidade e a sustentabilidade das aprendizagens, incluindo as destinadas a um público adulto.

Os dois eventos reuniram presencialmente relevantes especialistas, formuladores de políticas e partes interessadas da Europa, bem como mais de 500 participantes online, que debateram os benefícios, desafios e o futuro da aprendizagem.

ADULTOS PODEM PARTICIPAR

Manuela Geleng (CE) abriu a cerimónia de assinatura de 20 novos membros da EAfA, nove presenciais e 11 online. O evento incluiu quatro painéis com tópicos focados no Quadro Europeu para a Qualidade e a Aprendizagem Eficaz, a Segurança dos Formandos, Cursos de Aprendizagem para Adultos e Cursos de Aprendizagem como Agentes para um Futuro Sustentável.

No primeiro painel, Carl Lamote - do Departamento de Educação e Formação da Flandres, Bélgica – referiu que a partir de 2018 utilizavam o Quadro Europeu como bússola, tendo introduzido um sistema, considerado revolucionário, para atribuir às empresas um rótulo qualitativo para as aprendizagens.

O segundo painel mostrou como os estágios são essenciais para garantir recursos humanos qualificados. Adam Skokan, diretor de uma empresa checa de realidade virtual (AVRAR), sublinhou que os aprendizes ajudam a lidar com a escassez de trabalhadores na indústria e que podem chegar a cargos de gestão.

Na manhã de 27 de junho, Diana Spiridon (CE) apresentou o Pacto pelas Competências, lançado em novembro de 2020. O Pacto acolheu já 1.500 organizações, empenhadas em promover o desenvolvimento de competências na UE. Por sua vez, Anna Barbieri (CE) fez um balanço da evolução da EAfA em 2023 e destacou as sinergias com o Pacto das Competências.

O terceiro painel, moderado por Ana Carrero (CE), teve a participação de Jurgen Siebel (Diretor do CEDEFOP) e Pilvi Torsti (Diretora da Fundação Europeia da Formação). O painel centrou-se nos

A FNE com Agnes Roman, Coordenadora Sênior do CSEE



desafios e oportunidades da aprendizagem de adultos. Lina Konstantinopoulou (Eurochambres) observou que “infelizmente os estágios ainda são vistos apenas para jovens. Precisamos de mudar a cultura da aprendizagem ao longo da vida e resolver as disparidades nos regimes de aprendizagem em toda a UE.”

O painel final explorou o papel que os formandos desempenham na transição verde da UE e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Falando sobre o papel que a nova geração de trabalhadores pode aí desempenhar, Ben Kinross, da Rede de Aprendizes da Europa, destacou que tínhamos “uma geração de aprendizes e jovens com uma compreensão fundamentalmente diferente da tecnologia verde e do seu lugar no mundo. Seria sensato criar espaços democráticos onde os jovens pudessem discutir os desafios no trabalho, na educação e na formação.”

Adam Skokan, diretor de uma empresa checa de realidade virtual (AVRAR), sublinhou que os aprendizes ajudam a lidar com a escassez de trabalhadores na indústria e que podem chegar a cargos de gestão.





ENVOLVENDO OS MEMBROS DA EAFA

O “Get Together Event” reuniu mais de 70 membros da EAfA e decorreu imediatamente a seguir ao “Evento de Alto Nível”. Este evento permitiu aprofundar os temas discutidos durante o evento anterior, apresentar o trabalho feito e trocar boas práticas. Anna Carrero (CE) deu as boas-vindas e anunciou o lançamento de quatro Comunidades EAfA. As comunidades representam um fórum adicional de trabalho em rede e de colaboração em temas que permitam a promoção de aprendizagens de qualidade.

Noelia Cantero (EARLALL) e Michael Fitzgerald (ESB Networks) apresentaram um relatório sobre as principais conclusões do “Evento de Alto Nível”, salientando a importância da cooperação entre as empresas, os prestadores de formação, as autoridades públicas a nível nacional, regional e local e os parceiros sociais, para garantir a satisfação das necessidades do mercado de trabalho. Ambos sublinharam que, muito embora o “Quadro Europeu para a Qualidade e Aprendizagem Eficaz” esteja vivo e ativo, é necessário prosseguir os esforços para a sua completa implementação nos países.

Seguiram-se duas sessões paralelas temáticas o tema da “Mobilidade e Inclusão Social” e outras duas sobre “A Qualidade das Formações e os Cursos de Aprendizagem como meio de Garantir Trabalhadores Qualificados”. As primeiras incluíram apresentações sobre dois tópicos de grande importância para a EAfA: a mobilidade dos aprendizes e a aprendizagem como instrumento de inclusão social.

Jean Arthuis (Euro App Mobility - EAM) explicou como a EAM trabalha para desenvolver oportunidades de mobilidade internacional a longo prazo para os aprendizes, o que inclui a criação de uma rede de “orientadores de mobilidade” nos centros de formação. Por seu lado, Ana Zacharian (Albanian Skills) debateu a introdução de uma verdadeira cultura de mobilidade para fins de aprendizagem, através do projeto INTERVET nos Balcãs Ocidentais.

Novas adesões à Aliança nas Aprendizagens

Os participantes debateram vários desafios, incluindo as dificuldades encontradas no acesso ao “Erasmus +”, os encargos administrativos associados e as diferenças entre os sistemas de aprendizagem nos Estados-Membros. No entanto, concordaram que os benefícios da mobilidade de formandos superam os desafios e que é necessária uma maior vontade política e ação para garantir que sejam oferecidas mais oportunidades de mobilidade aos jovens e adultos na UE.

O painel sobre **inclusão social**, moderado por Richard Curtis (Root of It), apresentou exemplos de aprendizagens como instrumento concreto para a inclusão de pessoas vulneráveis na sociedade. Mihaela Sandu (Hands Across Romania) apresentou as iniciativas da sua organização de aconselhamento profissional para refugiados ucranianos, enquanto Anna Cazzato (Consorzio Consolida) discutiu o apoio personalizado oferecido pelo consórcio a indivíduos vulneráveis que participam em estágios de aprendizagem.

Jean Buffenoir (Comité Européen de Coordenação) apresentou o trabalho realizado pelo projeto SKY no desenvolvimento de cursos de formação de curta duração e de microcredenciais para os desempregados de longa duração. Por último, os participantes destacaram os principais fatores que contribuem para a inclusão sustentável dos aprendizes, tais como as medidas de formação pré-aprendizagem de apoio a indivíduos vulneráveis e a adoção de uma linguagem comum e acessível em relação às competências e aos conteúdos de aprendizagem.

Os participantes debateram vários desafios, incluindo as dificuldades encontradas no acesso ao “Erasmus+”, os encargos administrativos associados e as diferenças entre os sistemas de aprendizagem nos Estados-Membros.

As 7 prioridades da Rede de Aprendizizes da Europa





FNE REALÇA DIÁLOGO SOCIAL

As últimas duas sessões temáticas em grupo centraram-se em dois tópicos transversais de importância crucial no atual contexto de crescente escassez de mão de obra e de necessidades crescentes de competências, ainda mais exacerbadas pela dupla transição. Na sessão sobre a qualidade dos programas de aprendizagem, Sergi Alegre (Fundacio Catalana de l'Esplai) discutiu a importância das ONG e das empresas no desenvolvimento de aprendizagens de qualidade, uma vez que a qualidade também abrange o apoio a grupos vulneráveis, como os NEET/NEM NEM.

Joaquim Santos (FNE) defendeu que os programas de aprendizagem de qualidade e eficazes devem dar resposta ao desemprego, desigualdade, à escassez e inadequação de competências, às necessidades de requalificação e melhoria de competências, para além dos novos desafios e oportunidades suscitados pela Inteligência Artifi-

cial (IA) e pela aprendizagem automática. Por fim saudou a aprovação pela OIT da nova Recomendação.

Por último, Menno Bart (Grupo Adecco) salientou a necessidade de garantir flexibilidade na duração e na conceção dos programas de aprendizagem para as organizações de acolhimento, juntamente com medidas de apoio às empresas. Os membros da EAfA debateram as métricas que devem ser utilizadas para aferir a qualidade dos programas de aprendizagem, tais como os resultados da aprendizagem dos aprendizes, a remuneração e a taxa de emprego na empresa de acolhimento, no sector e fora dele.

A sessão sobre a aprendizagem como meio de garantir trabalhadores qualificados incluiu exemplos práticos do chef Bart Denys (HotelSchool Ter Duinen), cuja escola oferece percursos educativos adaptados a alunos de várias faixas etárias e garante o reconhecimento das qualificações.

Anna Barbieri (DG EMPL) encerrou o evento refletindo sobre o papel dos aprendizes como parte da solução para os desafios atuais e futuros. Os programas de aprendizagem são fundamentais para garantir trabalhadores qualificados, reduzir a atual escassez de competências e de mão de obra, fazer avançar as transições ecológica e digital e promover a igualdade e a inclusão. Anna reconheceu os desafios enfrentados, mas salientou a importância da sensibilização para as iniciativas e ferramentas a nível da EU.

Day 1: <https://vimeo.com/event/3526444>

Day 2: <https://vimeo.com/event/3527193>

Joaquim Santos (FNE) defendeu que os programas de aprendizagem de qualidade e eficazes devem dar resposta ao desemprego, desigualdade, à escassez e inadequação de competências, às necessidades de requalificação e melhoria de competências.



EAfA 10 YEARS

EUROPEAN YEAR OF SKILLS

Celebrating 10 years of EAfA:
the EAfA High-Level Event 2023

26-27 June 2023 | Brussels, Belgium



9º Congresso da Internacional da Educação: facilitar o caminho para Buenos Aires 2024



O 9º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), que decorreu de 11 a 13 de julho de 2023 online, serviu essencialmente para aprovar resoluções facilitadoras em matéria de Constituição, programa e orçamento, vitais para o seu funcionamento nos próximos anos. As eleições e os debates sobre resoluções ficam para o 10º congresso presencial, previsto para fins de julho de 2024, em Buenos Aires, Argentina.

Uma delegação da FNE de três elementos participou no 9º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE) alusivo ao tema "Fazer crescer os nossos sindicatos, elevar as nossas profissões, defender a democracia", que decorreu online, entre 11 e 13 de julho de 2023, entre as 12 e as 14 horas. Joaquim Santos (delegado principal), Fátima Carvalho e Maria João Cardoso representaram a federação, seguindo a recomendação da IE segundo a qual as delegações deveriam ter 50% de mulheres.

Este foi o primeiro congresso mundial realizado online, resultado de uma decisão do Conselho Executivo de 2021, tomada quando as viagens em tempo de pandemia e as incertezas das vacinas do Covid-19 impediram os delegados de se reunirem pessoalmente, no período compreendido entre o 8º Congresso de Banguetocque de julho de 2019 e o congresso presencial seguinte, inicialmente previsto para o corrente ano de 2023.

Deste modo, o Conselho Executivo da IE decidiu que o 9º Congresso deste ano seria online e se limitaria apenas ao que a Constituição exige que um Congresso Mundial ordinário decida, o que significa que as eleições e os debates sobre as

resoluções foram adiados para o 10º Congresso Mundial, a realizar presencialmente entre 25 de julho e 2 de agosto de 2024, em Buenos Aires.

As mudanças aprovadas à Constituição da IE permitem, daqui para a frente, agilizar os procedimentos da organização, nomeadamente em eventuais períodos de grande conturbação.

O congresso adotou assim um novo artigo (27º - "Tempos de Crise") que determina que o Conselho Executivo pode prolongar o tempo necessário para cumprir, ou alterar a forma de executar, qualquer requisito ao abrigo da Constituição e dos Estatutos, se tal for necessário, em resultado de circunstâncias extraordinárias ou de perturbações generalizadas nas operações.

No entanto, as decisões desta natureza terão que ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos membros. A IE congratulou-se pelos resultados conseguidos no 9º Congresso. Tudo porque se deu à organização a autoridade, por uma esmagadora maioria, para continuar o trabalho dali para a frente. Tornando a Constituição e os Estatutos mais inclusivos e mais fáceis de utilizar.

A IE congratulou-se pelos resultados conseguidos no 9º Congresso. Tudo porque se deu à organização a autoridade, por uma esmagadora maioria, para continuar o trabalho dali para a frente.

ONDE PARA O DINHEIRO?

Susan Hopgood, Presidente da IE, abriu formalmente o 9º congresso, com um discurso sindical de fundo, que arrancou os elogios de todos os delegados. A sua mensagem principal foi a de que os educadores devem usar o seu poder para mobilizar os seus sindicatos, comunidades e o mundo inteiro para uma educação de qualidade.

Hopgood refletiu sobre as dificuldades da pandemia e a necessidade de os governos financiarem adequadamente a educação, na linha da campanha global da IE “Por uma Educação Pública! Financiar a Educação”, lançada em 24 de janeiro de 2023.

Neste sentido, pediu aos delegados para que se juntassem à IE para exigir que os governos garantam que o financiamento público seja direcionado para onde é mais necessário - permitindo que cada aluno tenha um professor profissionalmente habilitado, bem apoiado e com um salário digno: “Investir na causa pública é fundamental para a democracia. Os recursos do sistema educativo diminuíram 65% nos países de baixo e médio

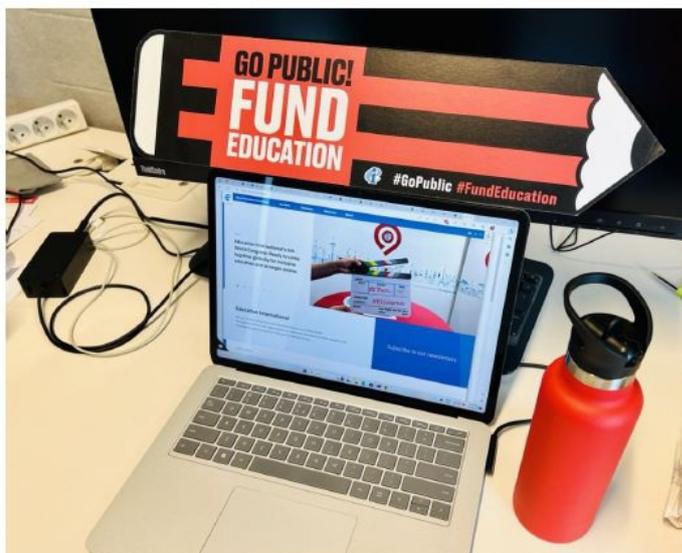
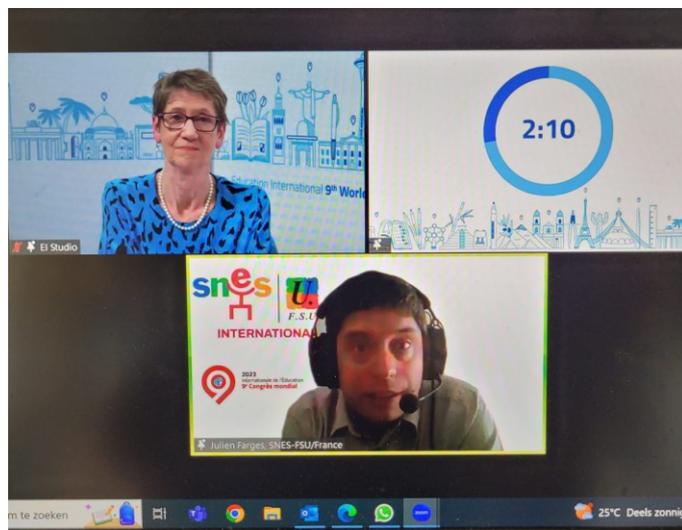
rendimento e em 33% nos países de rendimento médio-alto e alto, desde o início da pandemia”.

A Presidente da IE lamentou o facto de centenas de milhões de crianças, jovens e adultos mais vulneráveis continuarem excluídos da educação e de outros milhões não terem oportunidades de aprendizagem, devido a ambientes inadequados, professores sem formação e falta de recursos educativos: “Sabemos que há uma emergência de professores, um défice de quase 70 milhões”.

“Onde para o dinheiro?”, perguntou Susan Hopgood: “Não há falta de recursos para financiar a educação pública, mas sim falta de vontade política para fazer da educação a prioridade que o mundo precisa”.

O secretário-geral da IE, David Edwards, atualizou as ações e os desafios da IE em todo o mundo nos últimos anos e convidou os membros a continuarem empenhados na campanha da IE a favor de mais investimento na educação pública. Por outro lado, deixou a ideia que seria quase inevitável subir a quotização das organizações filiadas.

A Presidente da IE lamentou o facto de centenas de milhões de crianças, jovens e adultos mais vulneráveis continuarem excluídos da educação.



EMERGÊNCIAS PERMANENTES

No segundo dia do Congresso, os delegados adotaram várias resoluções facilitadoras, provocadas pelo contexto da pandemia: um texto simplificado e claro da Constituição e dos Estatutos; uma outra relativa ao programa e orçamento para 2024; a prorrogação do mandato dos auditores externos e a prorrogação dos mandatos dos membros do Comité de Auditoria Interno.

O secretário-geral da IE, David Edwards, apresentou um Programa e Orçamento Modificado para 2024, que foi adotado e que dará azo a que a IE funcione adequadamente e lidere várias atividades até ao 10º congresso.

O programa e o orçamento para 2024 foram elaborados com base em quatro considerações: 1 - a relevância da campanha “Por Uma Educação Pública! Financiar a Educação”, que reúne as prioridades, o poder e a participação dos membros e é demasiado importante para falhar; 2 - dois congressos mundiais em dois anos não estavam previstos, mas devem ser executados de acordo com os mais elevados padrões, de forma equitativa e eficaz; 3 - o congelamento das quotas para a taxa máxima dos últimos anos já não é sustentável e deve ser aumentado; e 4 - existem poucas oportunidades a longo prazo para obter recursos extraorçamentais que estejam alinhados com as prioridades da IE, sem restrições.

Por conseguinte, para chegar a uma estimativa das despesas em 2024, foi projetado um aumento de 5% para compensar o impacto da inflação de 12% nas operações e no aumento dos custos salariais.

David Edwards sublinhou que “enquanto a educação global subiu na agenda de muitas agências internacionais e iniciativas globais - e as políticas de professores e educadores estão cada vez mais no centro dos debates sobre educação - não vemos os orçamentos e os salários da educação acompanharem o ritmo.»

David recordou que, em muitos países, os sindicatos da educação estão a trabalhar em ambientes perturbadores, senão mesmo hostis, onde as suas opiniões são ignoradas e onde os direitos e liberdades profissionais são restritos ou mesmo revogados: “A mudança climática, os desastres naturais e os conflitos estão exacerbando os problemas, que exigem um nível quase permanente de respostas de emergência”.

A campanha da IE “Por Uma Educação Pública! Investir na Educação” visa aumentar o financiamento da educação pública e da valorização da profissão docente. A ação apoia as organizações membros da IE na luta contra os cortes orçamentais, contra a austeridade e as privatizações, à medida que as organizações sindicais se mobilizam continuamente em prol de uma educação pública inclusiva e de qualidade para todos.

David Edwards acentua que para realizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU “estamos a elevar a nossa noção do mundo sustentável que queremos criar”. Grandes preocupações e desafios deste 9º congresso foram o rápido desenvolvimento da inteligência artificial na educação e o muito que se espera do papel da IE no Painel de Alto Nível da Profissão Docente - das Nações Unidas -, em que vai ser representada por Susan Hopgood.

David Edwards também realçou a importância política dos 30 anos da IE, celebrados em 14 de julho do corrente ano, que proporcionou um diálogo entre duas figuras fundadoras da organização: o Secretário-Geral Emérito Fred van Leeuwen e o cofundador Bob Harris.

Susan Hopgood moderou a conversa, que forneceu uma riqueza informativa a respeito da organização, os seus princípios, conquistas fundamentais e o caminho a seguir. A moderadora também compartilhou os seus pensamentos sobre o papel das mulheres nos sindicatos e na IE nas últimas três décadas.

Embora o 9º Congresso tenha tido a possibilidade de tradução em língua portuguesa, o artigo 22 da Constituição da Internacional da Educação continua a assegurar que “as línguas oficiais da IE devem ser o inglês, francês, alemão e espanhol”.

A campanha da IE “Por Uma Educação Pública! Investir na Educação” visa aumentar o financiamento da educação pública e da valorização da profissão docente.



Revisão da diretiva europeia contra o amianto

A Comissão Europeia (CE) congratula-se com o acordo político entre o Parlamento Europeu (PE) e os Estados-Membros (EM) sobre a sua proposta para atualizar a diretiva da União Europeia (UE) relativa ao amianto no trabalho.

Trata-se de um passo importante para uma melhor proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto em vários setores de atividade, incluindo a educação. Na UE, 78% dos cancros reconhecidos como profissionais são relacionados com o amianto. Em 2019, 70 mil trabalhadores na UE morreram da exposição àquele material. Neste momento, entre 4,1 a 7,3 milhões 4,1 a 7,3 milhões de trabalhadores estão expostos ao amianto.

Em 2005, todo o uso de amianto foi proibido na UE. Mas ele ainda está presente em muitos edifícios, colocando em risco moradores e trabalhadores, principalmente na construção civil. Esti-

ma-se que mais de 220 milhões de unidades de construção foram construídas antes dessa proibição. Então é provável que uma parte significativa do stock da construção de hoje contenha este nefasto material.

O amianto é uma substância cancerígena altamente perigosa. A principal ameaça à saúde humana ocorre quando os materiais que contêm amianto são perturbados e as fibras podem ser liberadas no ar e inaladas, como por exemplo quando os prédios antigos são reformados.

Abordar os riscos à saúde da exposição ao amianto é essencial para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente, bem como garantir condições dignas de vida e trabalho. Isto é cada vez mais urgente, dada a ambição da UE de duplicar a taxa anual de renovações de energia nos edifícios até 2030.



Rever a diretiva faz parte da abordagem global da Comissão para melhor proteger os trabalhadores e o meio ambiente dos riscos de exposição e garantir um futuro para a Europa sem o amianto.

No âmbito do acordo político, e em conformidade com os mais recentes dados científicos, as novas regras garantirão que nenhum trabalhador seja exposto a uma concentração superior a 0,01 fibras de amianto por centímetro cúbico (f/cm^3) durante um período transitório. Este valor é dez vezes inferior ao do limite de exposição anterior.

Após este período de transição, o Parlamento Europeu e os EM da UE chegaram a acordo sobre o chamado "modelo duplo", que permite escolher entre um valor-limite igual a 0,01 fibras por cm^3 , incluindo as fibras de amianto mais finas, ou um valor-limite igual a 0,002 fibras por cm^3 , sem incluir as fibras de amianto mais finas.

A CE fornecerá aos EM diretrizes para facilitar a aplicação da diretiva revista, abrangendo aspetos como a transição para métodos mais modernos de contagem de fibras, programas de formação e equipamentos de proteção individual.

O acordo inclui igualmente um período de transição para que os EM passem a utilizar um método mais moderno e sensível de contagem das fibras de amianto, nomeadamente da atual microscopia de contraste de fase para a microscopia eletrónica. Após a aprovação formal do acordo pelo PE e pelo Conselho, os EM disporão de dois anos para transpor a diretiva comunitária para o direito nacional.

O acordo alcançado em final de junho de 2023 dá seguimento ao "Quadro Estratégico da UE para a Saúde e Segurança no Trabalho 2021-2027", que salienta a necessidade de reduzir o limite de exposição ao amianto no trabalho. A Comissão anunciou igualmente no seu programa de trabalho para o corrente ano uma iniciativa futura para a despidagem e o registo do amianto em edifícios.

A FNE e organizações de vária índole, incluindo, como se compreende, as organizações ambientalistas em Portugal, têm chamado à atenção do Ministério da Educação e do Governo para as falhas do programa Nacional de Remoção do Amianto das Escolas e para as consequências que daí advêm para alunos, professores e comunidades educativas.

A FNE tem chamado à atenção do Ministério da Educação e do Governo para as falhas do programa Nacional de Remoção do Amianto das Escolas.



Mobilidade por doença: A luta por um Direito fundamental



O atual regime de mobilidade de docentes por motivo de doença é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 41/2022 de 17 de junho, diploma que, desde a sua entrada em vigor, em 18 de julho de 2022, tem sido alvo de contestação por parte da classe docente, assim como das respetivas estruturas sindicais.

Numa altura em que temas como a baixa atratividade da carreira docente e o envelhecimento do corpo docente nacional estão na ordem do dia, o “novo” regime de mobilidade por doença não só não logrou mitigar tais problemas, como os veio agudizar.

Isto porque, ao criar um regime de mobilidade por doença mais limitado de mais difícil concretização prática, o Governo pugna por condições ainda menos atrativas na carreira docente, o que se traduz em menos jovens a considerar a referida carreira como uma escolha de futuro viável e, consequentemente, obstaculiza a desejada “renovação geracional” do corpo docente nacional.

Por outro lado, um corpo docente envelhecido e, por conseguinte, com muitos membros particularmente vulneráveis à doença, vê dificultado o exercício da profissão nessa eventualidade. Tal situação é contrária a vários corolários constitucionais do Estado de Direito democrático, como sendo os princípios da justiça, transparência, segurança no emprego, equidade e proteção da confiança, sendo que, ao permitir a manutenção

desta conjuntura, o Governo demite-se de uma das tarefas fundamentais do Estado, a garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, conforme consignada no artigo 9º, b) da Constituição da República Portuguesa.

Assim, desde a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 41/2022, de 17 de junho, a FNE assumiu o compromisso de lutar por uma revisão ao atual regime de mobilidade por doença, em termos que garantam a dignidade e o respeito pelos direitos fundamentais dos docentes, assim como promovam a valorização e atratividade da carreira docente. Para o efeito, foram já postas em prática várias ações, nomeadamente, contributos com informações, junto da Comissão Parlamentar da Educação e Ciência, a acompanhar reivindicações de docentes, contributos, junto Ministério da Educação, para o Orçamento de Estado de 2023 na Área da Educação, convocação de greve em 02/11/2022 e até mesmo a formalização de uma queixa, junto da Provedoria de Justiça.

Mantendo-se o Governo, até à data, inerte nesta matéria, a FNE, na prossecução da sua missão, convocou, para dia 21 de julho de 2023, uma concentração de professores e educadores, em frente ao Ministério da Educação, para exigir, de uma vez por todas, a alteração das regras da mobilidade por doença.

Pedro Pinto
Técnico de Apoio Jurídico

+vantagens fne

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos



o futuro
está
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

Tratem bem os que cá estão!

